

PRODUTO VIII
RELATÓRIO FINAL

CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA ELABORAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DAS FLORESTAS PÚBLICAS DAS REGIONAIS
PURUS, ALTO E BAIXO ACRE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO
ACRE – FASE II

Rio Branco/Acre
Dezembro de 2018

Sebastião Afonso Viana Macedo

Governador do Estado do Acre

Nazareth Mello Araújo Lambert

Vice-Governadora do Estado do Acre

Carlos Edegard de Deus

Secretário de Estado de Meio Ambiente

Marky Lowell Rodrigues de Brito

Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente - SEMA

Marky Lowell Rodrigues de Brito

Diretor Executivo de Florestas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente

Sara Maria Viana Melo

Diretora Executiva de Meio Ambiente – SEMA

Ana Paula Falcão Freire

Engenheira Florestal - Divisão de Concessão Florestal - SEMA

Elaboração:

Igor Agapejev de Andrade

Engenheiro Florestal, Consultor para Elaboração de Cadastro Estadual das Florestas Públicas das Regionais Purus, Alto e Baixo Acre

Governo do Estado do Acre

Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA

Av. Benjamin Constant, 856 - Centro

Rio Branco-Acre - Brasil – CEP. 69900-160

Tel.: 55 68 3224-3990

www.sema.ac.gov.br

sema@ac.gov.br

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS.....	iii
ÍNDICE DE QUADROS	iv
ÍNDICE DE FIGURAS.....	v
1 APRESENTAÇÃO	1
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	2
3 AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS.....	4
3.1 <i>Cadastro Estadual de Florestas Públicas - CEFP.....</i>	<i>4</i>
3.2 <i>Histórico de desmatamento</i>	<i>8</i>
3.3 <i>Histórico de focos de calor/queimadas</i>	<i>10</i>
3.4 <i>Monitoramento de desmatamento</i>	<i>15</i>
3.5 <i>Monitoramento de focos de calor.....</i>	<i>16</i>
3.6 <i>Atualização do Cadastro Estadual.....</i>	<i>18</i>
4 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS E FUTUROS DESDOBRAMENTOS.....	19
5 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS.....	20
6 PERSPECTIVAS E PRÓXIMOS PASSOS	21
7 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	22
ANEXOS - Cadastro Estadual De Florestas Públicas	23
<i>Floresta Estadual Afluente do Complexo do Seringal Jurupari</i>	<i>23</i>
<i>Floresta Estadual do Antimary</i>	<i>25</i>
<i>Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema</i>	<i>27</i>
<i>Parque Estadual do Chandless.....</i>	<i>30</i>
<i>Reserva Extrativista Chico Mendes.....</i>	<i>32</i>
<i>Área de Proteção Ambiental do Igarapé São Francisco.....</i>	<i>35</i>
<i>Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra.....</i>	<i>37</i>
<i>Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá</i>	<i>39</i>
<i>Floresta Nacional do Macauã.....</i>	<i>41</i>
<i>Estação Ecológica Rio Acre</i>	<i>43</i>
<i>Floresta Nacional do São Francisco.....</i>	<i>45</i>
<i>Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança</i>	<i>47</i>

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1. Unidades de Conservação cadastradas na Regional Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>5</i>
<i>Figura 2. Quantitativos de área desmatada (ha) para as Unidade de Conservação das Regionais Purus, Alto e Baixo Acre no período de 2012 a 2016. Fonte: UCEGEO (2018).</i>	<i>9</i>
<i>Figura 3. Distribuição das áreas desmatadas por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>9</i>
<i>Figura 4. Distribuição das ocorrências de desmate no período de 2012 a 2016 para o conjunto das Florestas Cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre. Fonte: UCEGEO (2018).</i>	<i>10</i>
<i>Figura 5. Distribuição anual dos focos de calor para as Unidade de Conservação das Regionais Purus, Alto e Baixo Acre no período de 2013 a 2017. Fonte: INPE (2017).</i>	<i>12</i>
<i>Figura 6. Distribuição dos focos de calor por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>12</i>
<i>Figura 7. Distribuição anual dos focos de calor por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>13</i>
<i>Figura 8. Distribuição mensal média dos focos de calor para as UCs cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>14</i>
<i>Figura 9: Criticidade de Focos de Calor por Densidade Geoespacial para as unidades de conservação cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre, 2013 a 2017.</i>	<i>15</i>

ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 1. Modelo de formulário para cadastro de florestas públicas no estado do Acre.</i>	<i>6</i>
<i>Quadro 2. Modelo de formulário considerando atualização do cadastro de florestas públicas no estado do Acre, acrescentando informações sobre o histórico de atividades antrópicas.</i>	<i>7</i>
<i>Quadro 3. Cadastro Estadual de Florestas Públicas - Floresta Estadual Afluyente do Complexo do Seringal Jurupari.....</i>	<i>23</i>
<i>Quadro 4: Cadastro Estadual de Florestas Públicas - Floresta Estadual do Antimary.....</i>	<i>25</i>
<i>Quadro 5: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.</i>	<i>27</i>
<i>Quadro 6: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Parque Estadual do Chandless.</i>	<i>30</i>
<i>Quadro 7: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Reserva Extrativista Chico Mendes.</i>	<i>32</i>
<i>Quadro 8: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Área de Proteção Ambiental do Igarapé São Francisco.....</i>	<i>35</i>
<i>Quadro 9: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra.</i>	<i>37</i>
<i>Quadro 10: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá.</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 11: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Floresta Nacional do Macauã.</i>	<i>41</i>
<i>Quadro 12: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Estação Ecológica Rio Acre.....</i>	<i>43</i>
<i>Quadro 13: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Floresta Nacional do São Francisco... ..</i>	<i>45</i>
<i>Quadro 14: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança.....</i>	<i>47</i>

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Tabela 1. Identificação das Unidades de Conservação analisadas para as Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>4</i>
<i>Tabela 2. Quantitativo de área desmatada no período de 2012 a 2016 por Unidades de Conservação cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>8</i>
<i>Tabela 3. Quantitativo de área desmatada por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>9</i>
<i>Tabela 4. Quantitativo de Focos de Calor no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de outubro de 2017 para as Unidades de Conservação cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>11</i>
<i>Tabela 5. Quantitativo de área desmatada por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>11</i>
<i>Tabela 6. Criticidade de Focos de Calor mensal considerando todas as florestas cadastradas no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de outubro de 2017, Nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>13</i>
<i>Tabela 7. Monitoramento do desmatamento nas UCs cadastradas nas das Regionais Purus, Alto e Baixo Acre, considerando a área da UC, área e percentual de desmate consolidado e os períodos de avaliação entre outubro de 2017 a julho de 2018.</i>	<i>16</i>
<i>Tabela 8. Quantitativo de Focos de Calor nos períodos monitorados para cada Florestas Cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.</i>	<i>17</i>

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento trata-se do **oitavo produto** referente ao processo de seleção de Consultor Individual nº 026/2017, cujo objeto principal é a elaboração do Cadastro Estadual das Florestas Públicas das Regionais Purus, Alto e Baixo Acre no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PDSA FASE II.

O Cadastro Estadual de Florestas Públicas - CEFP foi elaborado e visou fornecer informações úteis, seguras e oficiais à população em geral e aos gestores sobre as florestas públicas existentes no Estado, servindo como instrumento para a administração e a gestão florestal nessas áreas. Sua elaboração seguiu padrões para compatibilizar com Cadastro Nacional de Florestas Públicas gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Ao longo da consultoria foi elaborado o Cadastro de Florestas Públicas das Regionais Purus, Alto e Baixo Acre, avaliações das ações antrópicas de desmatamento e queimadas dos últimos 5 anos, assim como do monitoramento dessas durante a vigência do contrato. Ainda, como parte do escopo, realizou-se a atualização das informações contidas no Cadastro.

Dessa maneira, o **Produto VIII** é caracterizado pelo “**Relatório final**”, onde constam avaliações dos trabalhos realizados, análises dos principais resultados alcançados e futuros desdobramentos, análise das principais dificuldades encontradas, perspectivas e próximos passos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Florestas públicas, de acordo com a lei nº 11.284, de 02 de março de 2.006, são “florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta”.

Estas florestas públicas podem ser “destinadas” ou “não destinadas”. Áreas destinadas são aquelas que já possuem um uso definido, podendo ser Áreas Indígenas nos seus diferentes status de demarcação, Projetos de Assentamento ou Unidades de Conservação, tanto de proteção integral quanto de uso sustentável. Já as áreas não destinadas são as chamadas “terras devolutas”, que tratam de áreas sob o domínio do Estado, mas que não possuem uma destinação oficial.

A Gestão de Florestas Públicas de Uso Sustentável (GFPUS), criada pela lei citada acima, deve, basicamente, elaborar o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) e dar destinação apropriada para as “terras devolutas”, de domínio da União, Estados ou Municípios. Esta destinação deve ter encaminhamento diferenciado caso haja a existência de comunidades locais¹, caso a área seja de interesse para a criação de Unidades de Conservação de proteção integral ou para outras destinações que não se encaixem nos parâmetros estabelecidos para a inclusão de áreas no PAOF. Caso não se enquadre em nenhuma das características anteriores, a área deverá ser transformada em uma Floresta de produção.

Para iniciar ou continuar este processo, lei nº11.284, que cria a Gestão de Florestas Públicas de Uso sustentável, também institui o **Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP)**, formado pelo Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União (CGFPU), Cadastro Municipal de Florestas Públicas e pelo **Cadastro Estadual de Florestas Públicas (CEFP)**. No âmbito federal, o CEFP tem função de alimentar o CNFP, já no âmbito estadual, o CEFP tem as mesmas atribuições e funções do CNFP, sendo elas:

¹ De acordo com o Inciso X, do Art. 3º da Lei 11.284, de 02 de março de 2.006, comunidades locais são “populações tradicionais e outros grupos humanos, organizados por gerações sucessivas, com estilo de vida relevante à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica”.

1. Garantir o acesso livre de qualquer indivíduo às informações referentes à gestão de florestas Públicas, de acordo com o Inciso V, Art. 2º da Lei 11.284, de 02 de março de 2.006;
2. Criar um instrumento com dados confiáveis e oficiais, que auxiliem na gestão de Florestas Públicas de uso Sustentável pelo órgão gestor estadual, dando subsídios tanto para a destinação de florestas públicas sob domínio do estado do Acre, quanto para a elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal.

3 AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Ao fim do contrato a consultoria executou e finalizou os produtos pretendidos no escopo da contratação visando o Cadastro das Florestas Públicas das Regionais Purus, Alto e Baixo Acre, conforme a relação descrita abaixo.

1. Cadastro Estadual das Florestas Públicas elaborado;
2. Histórico de desmatamento e de focos de calor das UCs cadastradas;
3. Monitoramento de desmatamento no período (5 relatórios);
4. Monitoramento de queimadas no período (5 relatórios);
5. Atualização dos Cadastros (4 relatórios).

3.1 CADASTRO ESTADUAL DE FLORESTAS PÚBLICAS - CEFP

O Cadastro Estadual de Florestas Públicas - CEFP seguiu o modelo que é estabelecido na Resolução SFB nº 02, de 06 de julho de 2007, que regulamenta o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e identificou nove Unidades de Conservação passíveis de cadastro nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre. O CEFP teve abrangência de nove município: Sena Madureira teve quatro UCs cadastradas; Rio Branco três UCs; Bujari duas UCs; Epitaciolândia, Assis Brasil, Manoel Urbano, Feijó, Santa Rosa do Purus e Xapuri com uma UC cada. O conjunto de UCs cadastradas totalizando 2.873.671,63 hectares. Quanto à jurisdição foram seis UC's Federais e seis UCs Estaduais (Tabela 1).

Tabela 1. Identificação das Unidades de Conservação analisadas para as Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

	Unidades de Conservação	Jurisdição	Município	Área Calculada
1	Área de Proteção Ambiental Amapá	Estadual	Rio Branco	5.211,90 ha
2	Área de Proteção Ambiental Irineu Serra	Estadual	Rio Branco	842,83 ha
3	Área de Proteção Ambiental São Francisco	Estadual	Rio Branco, Bujari	30.004,00 ha
4	Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança	Federal	Epitaciolândia	2.570,90 ha
5	Estação Ecológica Rio Acre	Federal	Assis Brasil	84.313,00 ha
6	Floresta Estadual Afluente	Estadual	Manoel Urbano/Feijó	155.130,00 ha
7	Floresta Estadual Antimary	Estadual	Bujari/Sena Madureira	46.911,00 ha
8	Floresta Nacional Macauã	Federal	Sena Madureira	176.960,00 ha
9	Floresta Nacional São Francisco	Federal	Sena Madureira	19.128,00 ha
10	Parque Estadual Chandless	Estadual	Santa Rosa do Purus	693.290,00 ha
11	Reserva Extrativista Cazumbá - Iracema	Federal	Sena Madureira	733.240,00 ha
12	Reserva Extrativista Chico Mendes	Federal	Xapuri	926.070,00 ha
	Total			2.873.671,63

Na Figura 1 apresenta a espacialização das Unidades de Conservação cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

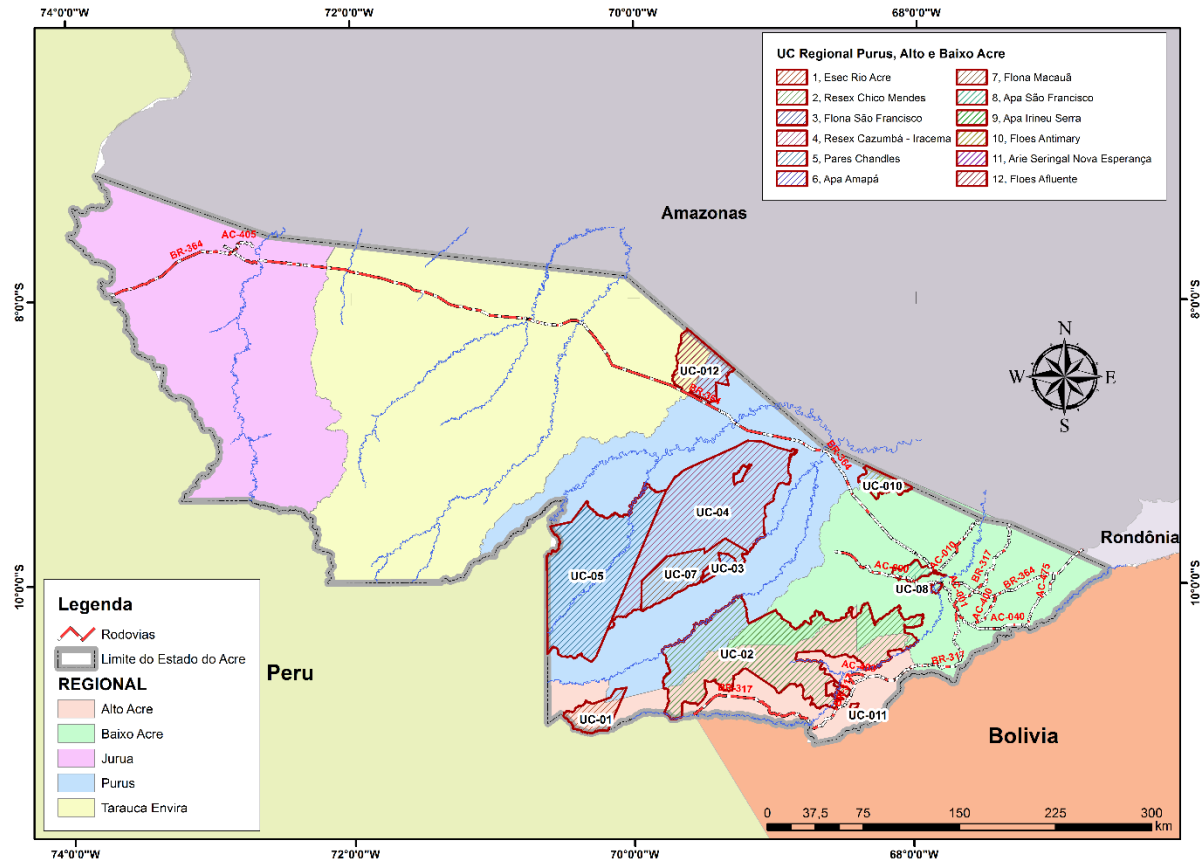


Figura 1. Unidades de Conservação cadastradas na Regional Purus, Alto e Baixo Acre.

O CEFP utilizou sistema de formulário pré-estruturado contendo informações mínimas de identificação e caracterização de cada UC, como mostra o Quadro 1 abaixo.

Posteriormente na fase de “atualização do cadastro” foi adicionado ao formulário informações quanto ao histórico das ações antrópicas, considerando desmatamentos e queimadas anuais (Quadro 2).

Quadro 1. Modelo de formulário para cadastro de florestas públicas no estado do Acre.

Nome da UC	
Localização e Limites Georreferenciados	
Dados Cadastrais	
Situação Cadastral	
Estágio	
Código	
Destinação	
Criação (Caso Unidade de Conservação)	
Matrícula	
Município(s)/Estado(s)	
Regional(is) Estadual (is)	
Titular	
Gestor	
Área Oficial	
Área	
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
Bioma	
Tipologias (Estadual)	
Tipologias (Federal)	
Aspectos da Cobertura Florestal	
Recomendações de Uso (Conforme ZEE)	
Questões Fundiárias	
Uso e Destinação comunitários	
Pretensões de posse	
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	
Informações Gerais	
Estudos Associados	
Atividades desenvolvidas dentro da Área	
Certificações	
Normas e Atos	
Contratos Administrativos e cíveis	

Quadro 2. Modelo de formulário considerando atualização do cadastro de florestas públicas no estado do Acre, acrescentando informações sobre o histórico de atividades antrópicas.

Nome da UC	
Localização e Limites Georreferenciados	
Dados Cadastrais	
Situação Cadastral	
Estágio	
Código	
Destinação	
Criação (Caso Unidade de Conservação)	
Matrícula	
Município(s)/Estado(s)	
Regional(is) Estadual (is)	
Titular	
Gestor	
Área Oficial	
Área	
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
Bioma	
Tipologias (Estadual)	
Tipologias (Federal)	
Aspectos da Cobertura Florestal	
Recomendações de Uso (Conforme ZEE)	
Ações Antrópicas	
Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):	
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	
Questões Fundiárias	
Uso e Destinação comunitários	
Pretensões de posse	
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	
Informações Gerais	
Estudos Associados	
Atividades desenvolvidas dentro da Área	
Certificações	
Normas e Atos	
Contratos Administrativos e cíveis	

3.2 HISTÓRICO DE DESMATAMENTO

O histórico de desmatamento ocorridos dentro das UCs cadastradas foi realizado considerando as ações dos últimos cinco anos (2012 a 2016²) e procurou demonstrar a situação de ocupação das florestas assim como do estado atual de degradação, auxiliando dessa forma na tomada de decisão para controle e implantação de políticas públicas.

Como resultado das análises dos dados de desmatamento no período de 2012 a 2016 (dados disponíveis), fornecidos pela Unidade de Geoprocessamento do Estado – UCEGEO, elaborou-se o quantitativo de áreas desmatadas para o conjunto das UCs cadastradas (Tabela 2). A área total desmatada para as UCs foi de 21.917,675 hectares. A UC que apresentou maior área alterada no período foi a Reserva Extrativista Chico Mendes, com 15.525,129 ha, representando 70,83% de todas as UCS. Quanto às UCs que apresentaram menor área alterada destaca-se a Área de Proteção Ambiental Irineu Serra e Estação Ecológica Rio Acre com zero desmatamento no período. Outras UCs também apresentaram pequenas áreas alteradas: Área de Proteção Ambiental Amapá (21,960 ha); Floresta Nacional Macauã (102,420 ha) e São Francisco (16,290 ha); e Parque Estadual Chandles (82,576 ha).

O ano de maior intensidade de área desmatada nas UCs foi 2013 com 2.499,73 hectares, enquanto o ano de menor intensidade foi 2012 (Tabela 2). Os dados indicam tendência de crescimento das áreas desmatadas, considerando o período de 2012 a 2016 (Figura 2).

Tabela 2. Quantitativo de área desmatada no período de 2012 a 2016 por Unidades de Conservação cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

Unidades de Conservação	Jurisdição	Áreas desmatadas (ha) por Ano Analisado					Total Geral	
		2012	2013	2014	2015	2016	Área (ha)	%
Apa Amapá	Estadual	-	3,420	4,860	-	13,680	21,960	0,10%
Apa Irineu Serra	Estadual	-	-	-	-	-	-	-
Apa São Francisco	Estadual	77,490	107,741	102,690	43,110	91,530	422,561	1,93%
Arie Seringal Nova Esperança	Federal	140,478	147,411	70,235	102,077	158,955	619,155	2,82%
Esec Rio Acre	Federal	-	-	-	-	-	-	-
Floes Afluente	Estadual	150,927	112,300	358,823	295,619	384,286	1.301,955	5,94%
Floes Antimary	Estadual	141,718	142,760	110,590	269,707	304,621	969,397	4,42%
Flona Macauã	Federal	-	17,190	11,070	74,160	-	102,420	0,47%
Flona São Francisco	Federal	-	3,510	-	12,780	-	16,290	0,07%
Pares Chandles	Estadual	40,860	-	-	41,716	-	82,576	0,38%
Resex Cazumbá - Iracema	Federal	573,865	391,012	450,781	1.176,626	263,950	2.856,233	13,03%
Resex Chico Mendes	Federal	1.054,069	3.525,250	3.006,688	4.752,464	3.186,658	15.525,129	70,83%
Total Geral		2.179,407	4.450,593	4.115,736	6.768,260	4.403,680	21.917,675	100,00%

Arie=Área de Relevante Interesse Ecológico; Floes=Floresta Estadual; Flona=Floresta Nacional; Parna=Parque Nacional; Resex=Reserva Extrativista.

² 2016 foi o último ano com dados oficiais disponíveis à época da elaboração do histórico de desmatamento.

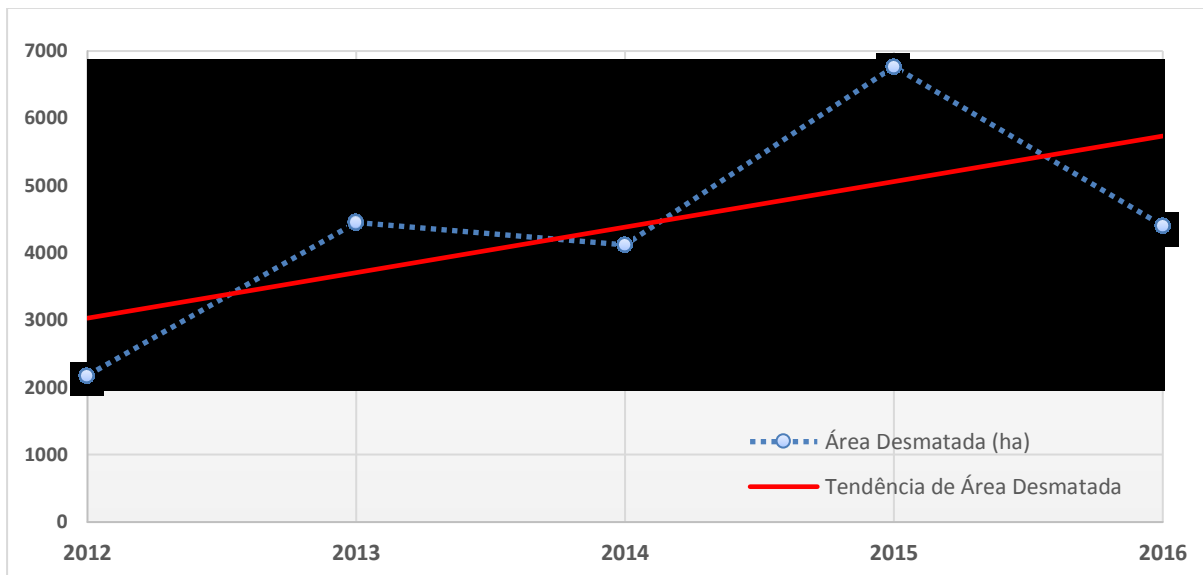


Figura 2. Quantitativos de área desmatada (ha) para as Unidade de Conservação das Regionais Purus, Alto e Baixo Acre no período de 2012 a 2016. Fonte: UCEGEO (2018).

As Unidades de Conservação Estaduais foram responsáveis por 12,8% da área desmatada no período, enquanto que as Unidades Federais foram responsáveis por 87,2% do total (Tabela 3; Figura 3).

Tabela 3. Quantitativo de área desmatada por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

Jurisdição das UCs	Área Desmatada total (ha)	%
<i>Estadual</i>	2.798,448	12,8%
<i>Federal</i>	19.119,229	87,2%
Total Geral	21.917,677	100,0%

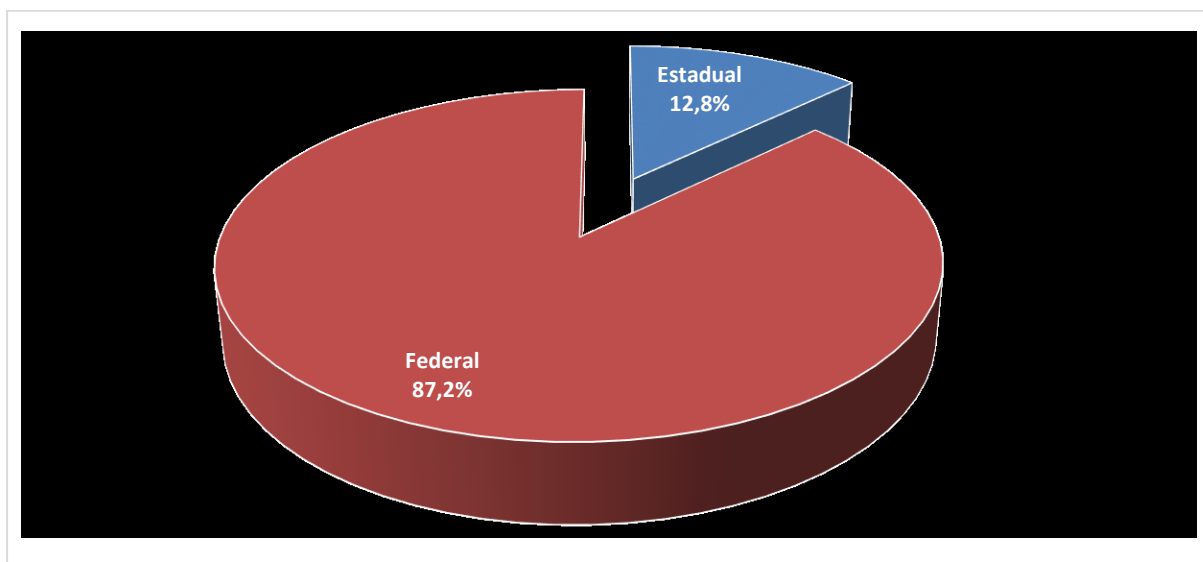


Figura 3. Distribuição das áreas desmatadas por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

A distribuição das ocorrências de alteração de cobertura dentro das UCs cadastradas está representada na Figura 4.

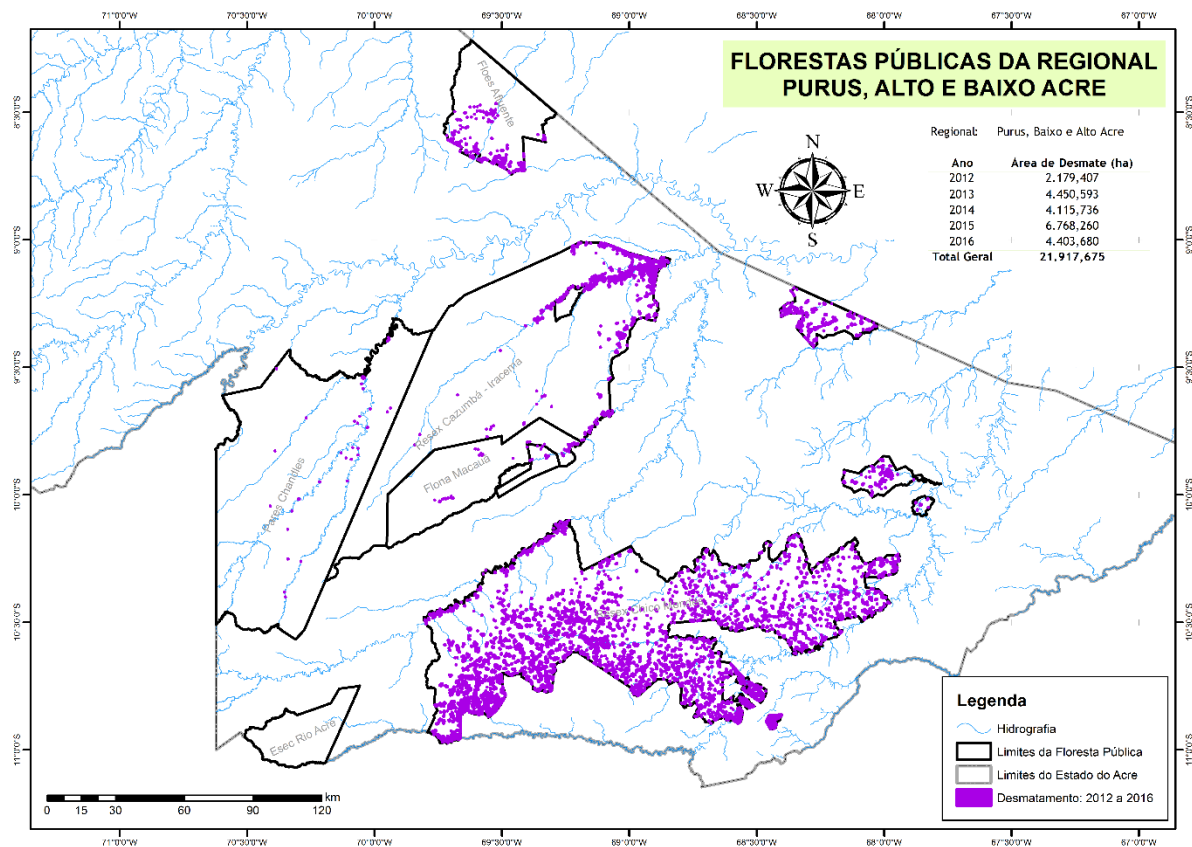


Figura 4. Distribuição das ocorrências de desmate no período de 2012 a 2016 para o conjunto das Florestas Cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre. Fonte: UCEGEO (2018).

3.3 HISTÓRICO DE FOCOS DE CALOR/QUEIMADAS

O histórico de focos de calor ocorridos dentro das UCs cadastradas foi realizado considerando as ações dos últimos cinco anos (2013 a 2017) e apresentou informações sobre as ações referente aos focos de calor, evidenciando queimadas e/ou incêndios florestais, auxiliando também, junto com as informações de desmate, na tomada de decisão para controle e implantação de políticas públicas nas Unidades de Conservação.

Os resultados das análises dos dados de foco de calor (dados disponíveis), fornecidos pelo INPE (<https://prodwww-queimadas.dgi.inpe.br/bdqueimadas>), referentes ao período de 01/01/2013 a 31/12/2017, contemplando 5 anos de análise temporal com dados estratificados por hora, dia, mês e ano, indicaram a ocorrência de 13.718 focos de calor dentro das UCs cadastradas (Tabela 4). No período, assim como ocorreu em relação ao

desmatamento, a UC que apresentou maior número de focos de calor foi a RESEX Chico Mendes com 10.717 focos registrados (78,1%). As UCs que apresentaram menor número de focos foram a Floresta Nacional São Francisco com 1 registro e a Estação Ecológica Rio Acre com 5 registros no período (Tabela 4).

Tabela 4. Quantitativo de Focos de Calor no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de outubro de 2017 para as Unidades de Conservação cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

UC	Jur	Nº de focos de calor por ano analisado					Total Geral (nº focos)	%
		2013	2014	2015	2016	2017		
<i>Apa Amapá</i>	<i>Estadual</i>	11	3	9	42	47	112	0,80%
<i>Apa Irineu Serra</i>	<i>Estadual</i>	1	1		8	14	24	0,20%
<i>Apa São Francisco</i>	<i>Estadual</i>	4	5	33	94	58	194	1,40%
<i>Arie Seringal Nova Esperança</i>	<i>Federal</i>	15	23	69	134	158	399	2,90%
<i>Esec Rio Acre</i>	<i>Federal</i>				1	4	5	0,00%
<i>Floes Afluyente</i>	<i>Estadual</i>	6	45	50	208	111	420	3,10%
<i>Floes Antimary</i>	<i>Estadual</i>	30	40	151	279	251	751	5,50%
<i>Flona Macauã</i>	<i>Federal</i>	1	2	3	13	7	26	0,20%
<i>Flona São Francisco</i>	<i>Federal</i>		1				1	0,00%
<i>Pares Chandles</i>	<i>Estadual</i>	12	5	7	6	11	41	0,30%
<i>Resex Cazumbá - Iracema</i>	<i>Federal</i>	51	111	253	303	310	1028	7,50%
<i>Resex Chico Mendes</i>	<i>Federal</i>	562	1088	2286	2742	4039	10717	78,10%
Total Geral		693	1324	2861	3830	5010	13718	100,00%
%		5,05%	9,65%	20,86%	27,92%	36,52%	100,00%	

Arie=Área de Relevante Interesse Ecológico; Floes=Floresta Estadual; Flona=Floresta Nacional; Parna=Parque Nacional; Resex=Reserva Extrativista.

De com a tabela acima, o ano de maior intensidade de focos de calor nas UCs foi 2017 com 5.010 registros (36,52%), enquanto o ano de menor intensidade foi 2013 com 693 registros, cerca de 5,05% do total (Tabela 4). Na Figura 5 pode-se analisar a tendência de crescimento das ocorrências de focos de calor, considerando o período de 2012 a 2016.

As UCs Estaduais foram responsáveis por 11,2% dos focos de calor registrados para toda as UCs cadastradas, enquanto que as UCs Federais por 88,8% do total (Tabela 5; Figura 6). O ano mais intenso para as UCs Estaduais foi 2016 e para as UCs Federais o ano mais intenso foi 2017 (Tabela 5; Figura 7).

Tabela 5. Quantitativo de área desmatada por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

Jurisdição das UCs	Nº de focos de calor por ano analisado					Total Geral (nº focos)	%
	2013	2014	2015	2016	2017		
<i>Estadual</i>	64	99	250	637	492	1542	11,2%
<i>Federal</i>	629	1225	2611	3193	4518	12176	88,8%
Total Geral	693	1324	2861	3830	5010	13718	100,0%

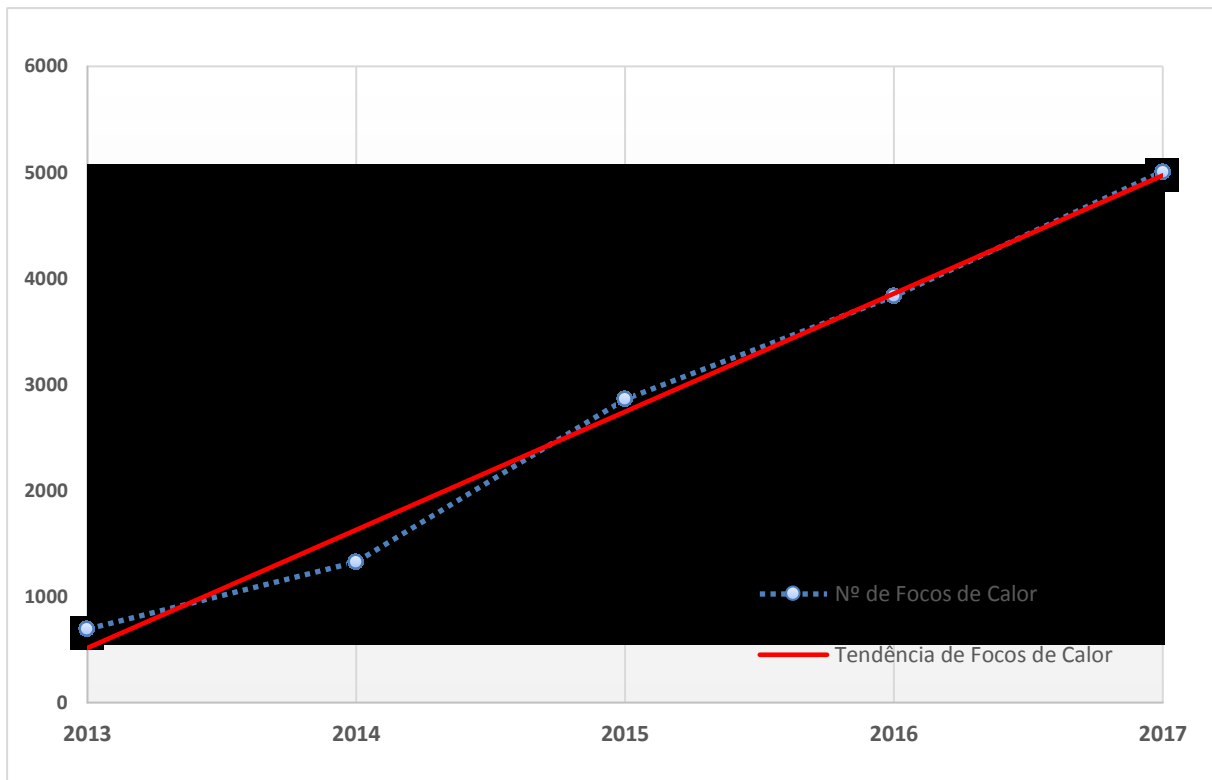


Figura 5. Distribuição anual dos focos de calor para as Unidades de Conservação das Regionais Purus, Alto e Baixo Acre no período de 2013 a 2017. Fonte: INPE (2017).

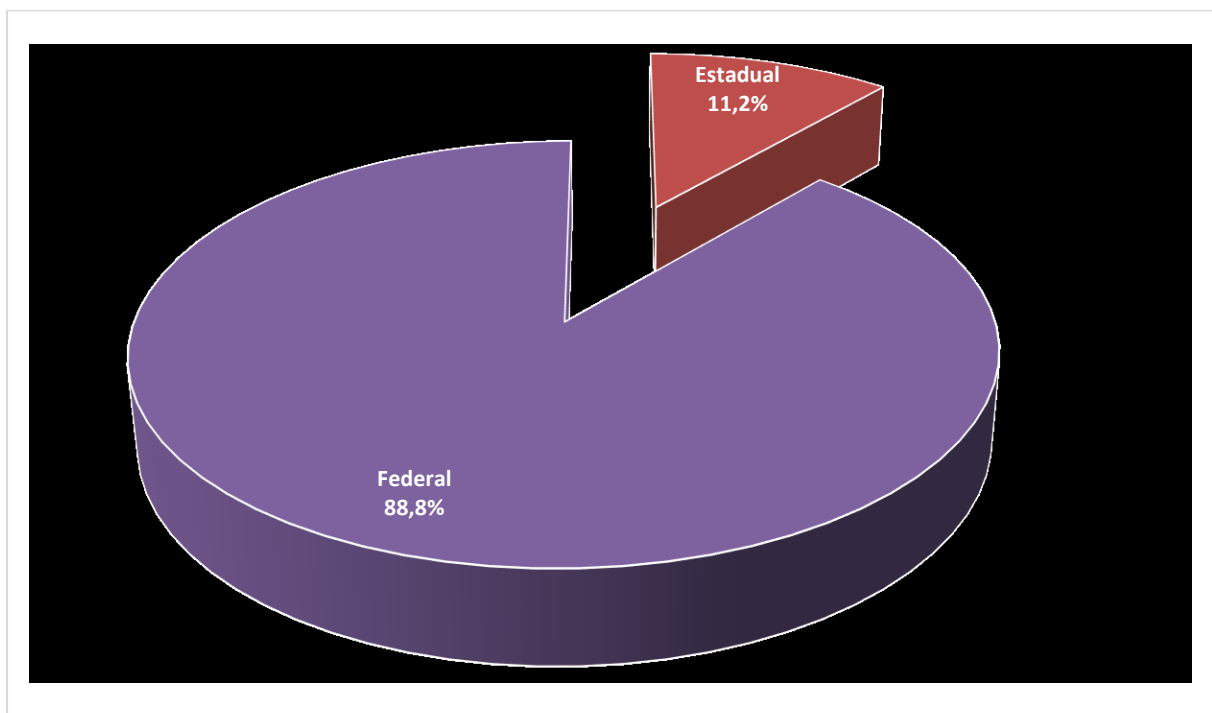


Figura 6. Distribuição dos focos de calor por jurisdição das Unidades Cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

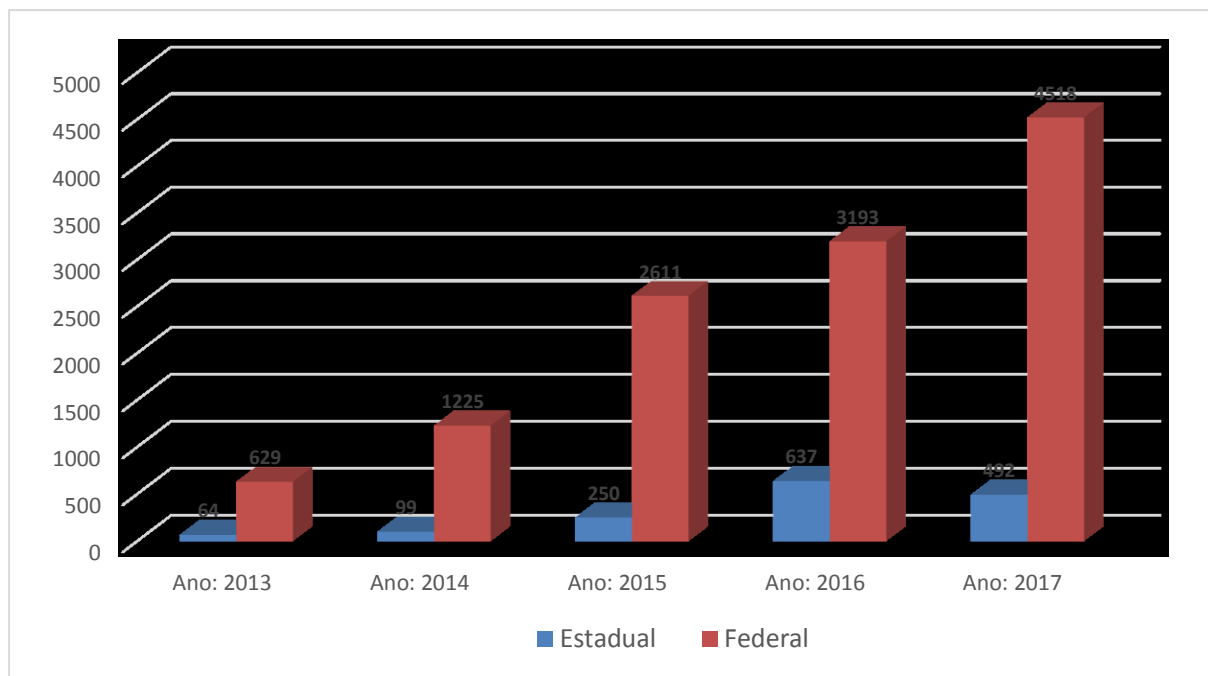


Figura 7. Distribuição anual dos focos de calor por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

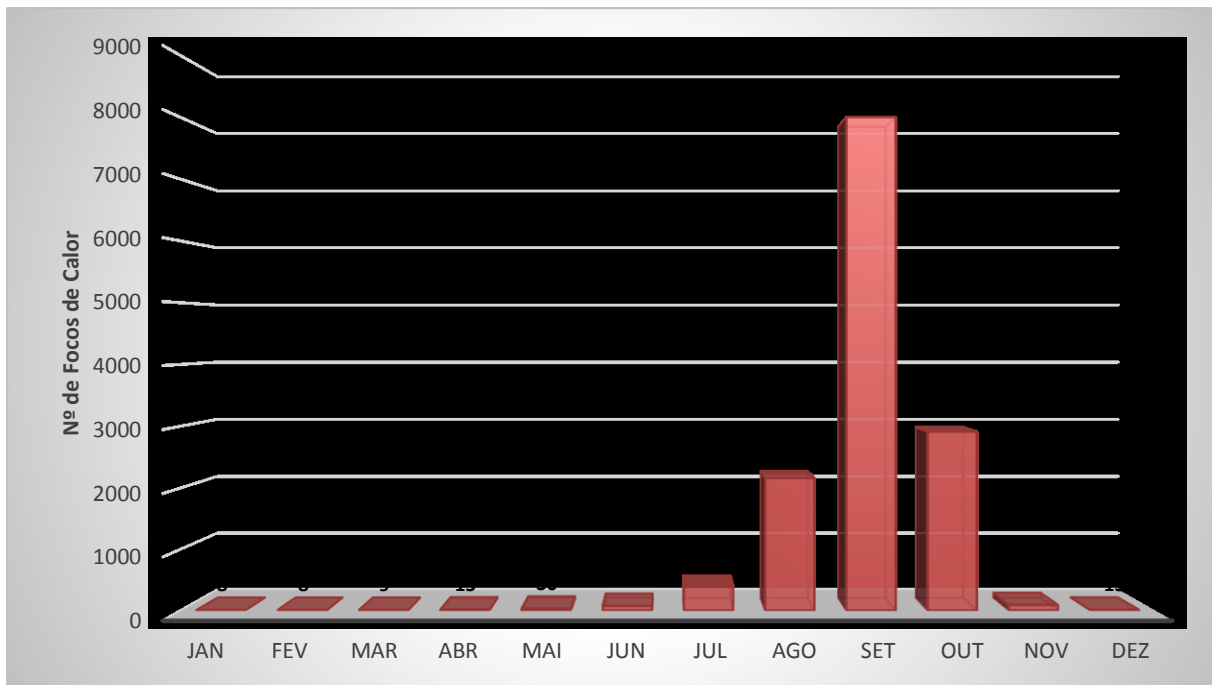
A análise do histórico de focos de calor fornece outras informações relevantes, como a distribuição de ocorrências nos meses do ano. A partir dos dados é possível conhecer o padrão do uso de fogo com a maior e menor incidência, podendo elaborar intervenções antecipadamente.

Ao analisar a distribuição mensal média nos anos considerados (2013 a 2017) nota-se que os meses críticos são agosto com 15,77%, setembro com 58,35% e outubro com 21,23% das ocorrências totais. Esses três meses representam cerca de 95,35% de todas as ocorrências no período analisado (Tabela 6, Figura 8).

Tabela 6. Criticidade de Focos de Calor mensal considerando todas as florestas cadastradas no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de outubro de 2017, Nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

Ano	MESES												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2013	1		4	4		6	8	78	520	50	16	6	693
2014	3	1	1	2	3	4	10	266	742	276	16		1324
2015		2			5	16	34	326	1888	567	19	4	2861
2016	3	1		2	4	37	196	923	2164	457	40	3	3830
2017	1	4	4	7	18	14	139	570	2690	1563			5010
Total	8	8	9	15	30	77	387	2163	8004	2913	91	13	13718
%	0,06%	0,06%	0,07%	0,11%	0,22%	0,56%	2,82%	15,77%	58,35%	21,23%	0,66%	0,09%	100,00%

Fonte: <https://prodwww-queimadas.dgi.inpe.br/bdqueimadas>



Fonte: <https://prodwww-queimadas.dgi.inpe.br/bdqueimadas>

Figura 8. Distribuição mensal média dos focos de calor para as UCs cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

Ao longo dos anos, dentro do período analisado, os meses mais críticos estão diretamente ligados ao período de estiagem, o “verão amazônico” que vai de julho a outubro. Essa elevada criticidade de focos no período de estiagem (agosto e setembro) configura uma situação preocupante para os gestores das UCs, pois em anos de secas severas todo o sistema apresenta-se muito seco, florestas, serrapilheira, solos e a própria rede de drenagem, aumentando assim o risco de perda do controle do fogo e ocorrência de incêndios florestais.

Outra forma analisada diz respeito a criticidade de focos de calor através de mapas de Criticidade por Densidade Geoespacial, com indicação da densidade dos focos nas florestas cadastradas, determinando onde concentram as maiores ocorrências de calor.

Considerando todo o período analisado (2013 a 2017), a geração do mapa de densidade mostrou claramente a concentração dos focos na RESEX Chico Mendes e às margens da BR-364 e em alguns casos ao longo dos rios, onde possivelmente há concentração de moradores. O mapa mostra onde deve-se ter mais atenção quanto ao controle e fiscalização para diminuir a incidência de focos de calor.

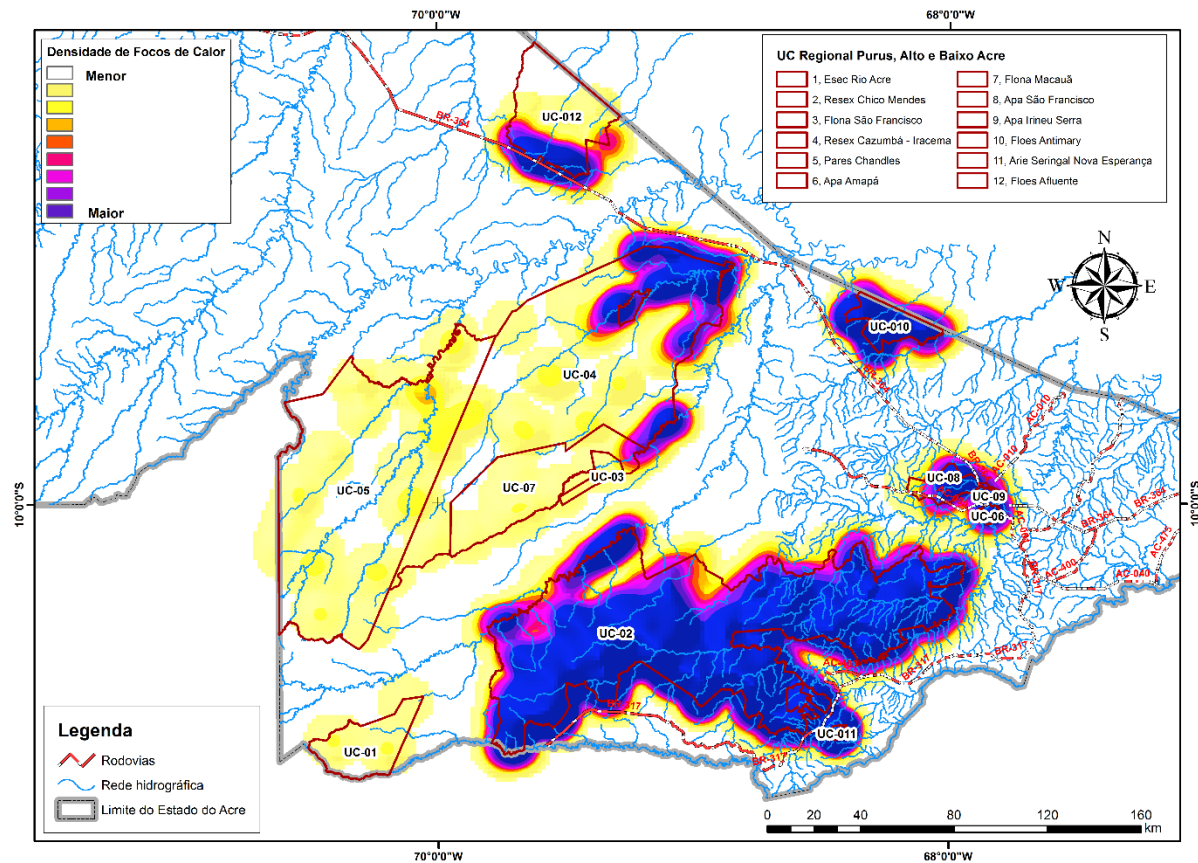


Figura 9: Criticidade de Focos de Calor por Densidade Geoespacial para as unidades de conservação cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre, 2013 a 2017.

3.4 MONITORAMENTO DE DESMATAMENTO

O desmatamento é uma das principais ações antrópicas que existem dentro das Unidades de Conservação, sendo uma das de mais fácil e barata identificação, além de ser indicativo de presença humana e consequente existência de caça, extração ilegal de madeira e outras atividades indesejáveis inerentes à presença humana em áreas deste tipo.

Já em Unidades de Conservação que permitem a presença de moradores, além da identificação de novas ocupações, o monitoramento das taxas de desmatamento consegue avaliar e acompanhar o ritmo da degradação causada pelos moradores, dando subsídios para verificação do atendimento ou não do plano de uso, podendo até identificar os responsáveis por determinadas atividades, dando subsídios à administração destas Unidades de Conservação e promovendo a presença do Estado nestas áreas.

Os períodos monitorados foram relativamente curtos (bimestrais) e com pouca disponibilidade de imagens de satélite para melhor análise. Portanto, os resultados não foram

satisfatórios do ponto de vista da quantificação dos desmates. Na tabela abaixo apresenta-se o estado original das UCs quanto ao quantitativo de desmatamento de 1988 a 2017 (marco zero) e os períodos de monitoramento da consultoria, onde a ausência de valores está ligada a indisponibilidade de dados oficiais e também de imagens de satélite aptas para quantificação dos desmatamentos.

Tabela 7. Monitoramento do desmatamento nas UCs cadastradas nas das Regionais Purus, Alto e Baixo Acre, considerando a área da UC, área e percentual de desmate consolidado e os períodos de avaliação entre outubro de 2017 a julho de 2018.

Unidade de Conservação	Área da UC Calculada (ha)	Área desmatada (1988 a 2017)		Período de Monitoramento				
				1	2	3	4	5
		Área (ha)	%	Out a Nov./17	Dez/17 a Jan./18	Fev. 18 a Mar./18	Abr. a Mai./18	Jun./18 a jul./18
FLOES Afluente	155.125,95	3.070,30	1,98%	-	-	-	-	-
FLOES Antimary	45.686,54	2.841,19	6,22%	-	-	-	-	-
RESEX Cazumbá-Iracema	733.238,09	1.1694,40	1,59%	-	-	-	-	-
PARES Chandles	693.293,89	320,82	0,05%	-	-	-	-	-
RESEX Chico Mendes	92.6071,83	75.986,40	8,21%	-	-	-	-	-
APA Igarapé São Francisco	30.004,32	22.774,60	75,90%	-	-	-	-	-
APA Irineu Serra	842,83	752,75	89,31%	-	-	-	-	-
APA Lago do Amapá	5.211,88	3.897,49	74,78%	-	-	-	-	-
FLONA Macauã	17.6956,21	352,46	0,20%	-	-	-	-	-
ESEC Rio Acre	8.4313,46	0,00	0,00%	-	-	-	-	-
FLONA São Francisco	1.9128,11	139,93	0,73%	-	-	-	-	-
ARIE Seringal Nova Esperança	2.570,86	1.445,19	56,21%	-	-	-	-	-
TOTAL	2.872.443,97	123.275,53	4,29%	-	-	-	-	-

3.5 MONITORAMENTO DE FOCOS DE CALOR

O monitoramento de focos de calor no período da consultoria, ou seja, de novembro de 2017 a outubro de 2018, foi realizado e conseguiu alcançar os objetivos devido a disponibilidade de informações durante o ano todo, independentemente das condições de visibilidade das imagens.

O INPE disponibiliza diariamente as informações de focos de calor, pois utiliza satélites que possuem sensores óticos operando na faixa termal-média de 4µm, onde cada satélite de órbita polar produz pelo menos um conjunto de imagens por dia, e os geoestacionários geram algumas imagens por hora, sendo que no total o INPE processa mais de 100 imagens por dia especificamente para detectar focos de queima da vegetação.

Dessa forma, o monitoramento de focos de calor tornou-se eficiente para suspeição

de atividade humana causadora de degradação ambiental, muito provavelmente relacionada a desmate e queima. Municinando o gestor e órgãos de fiscalização ambiental de informações para intervenção rápida.

Na tabela abaixo apresenta-se os resultados do monitoramento por UC nos períodos considerados (período 1 = novembro a dezembro de 2017; período 2=janeiro e fevereiro de 2018; período 3 = março e abril de 2018; período 4 = maio a julho de 2018; e período 5 = agosto a outubro de 2018).

Tabela 8. Quantitativo de Focos de Calor nos períodos monitorados para cada Florestas Cadastradas nas Regionais Purus, Alto e Baixo Acre.

UC	Período 1	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5	Total	%
	Nov. e Dez./17	Jan e Fev./18	Mar e Abr./18	Mai, Jun. e Jul./18	Ago., Set e Out/18		
<i>Apa Amapá</i>	-	-	-	15	24	39	0,83%
<i>Apa Irineu Serra</i>	-	-	-	6	9	15	0,32%
<i>Apa São Francisco</i>	-	-	-	16	64	80	1,71%
<i>Arie Seringal Nova Esperança</i>	2	-	-	7	87	96	2,05%
<i>Esec Rio Acre</i>	-	-	-	2	0	2	0,04%
<i>Floes Afluente</i>	-	-	-	11	176	187	4,00%
<i>Floes Antimary</i>	-	-	-	9	286	295	6,31%
<i>Flona Macauã</i>	-	-	-	-	3	3	0,06%
<i>Flona São Francisco</i>	-	-	-	-	2	2	0,04%
<i>Pares Chandles</i>	1	-	1	2	3	7	0,15%
<i>Resex Cazumbá - Iracema</i>	2	-	-	9	376	387	8,28%
<i>Resex Chico Mendes</i>	36	-	5	83	3439	3563	76,20%
Total Geral	41	-	6	160	4469	4676	100,0%
%	0,88%	0,00%	0,13%	3,42%	95,57%	100,0%	

Os dados do monitoramento corroboram com o histórico de focos de calor onde os meses mais intensos são de agosto a outubro. Nesses meses, compreendidos pelo Período 5, ocorreram 95,57% dos focos de calor, onde a UC que mais apresentou focos de calor foi a Reserva Chico Mendes com 76,20 dos registros. As UCs com menor registros de focos de calor foram: Esec Rio Acre (0,04%), Flona Macauã (0,06%), Flona São Francisco (0,04%) e Pares Chandles (0,15%). Juntas representam apenas 0,30% dos focos totais para as UCs das Regionais Purus, Alto e Baixo Acre (Tabela 8).

3.6 ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL

A elaboração do Cadastro Estadual de Florestas Públicas foi de forma a permitir a inclusão /ou atualização de informações sobre as UCs, como forma de manter o CEFP como ferramenta eficaz de consulta e de gestão pública.

De modo geral foi realizado a atualização nos aspectos cadastrais, além das ações antrópicas de focos de calor e desmatamento nos últimos 5 anos (2013 a 2017) relativas a cada UC cadastrada. Importante destacar que para as atividades de focos de calor o Cadastro foi atualizado considerando até novembro de 2018, enquanto que o desmate apenas até o ano de 2017.

Os resultados da atualização podem ser vistos em Anexo para cada UC, conforme o formulário padrão estabelecido no Quadro 2 mostrado anteriormente.

4 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS E FUTUROS DESDOBRAMENTOS

Os principais resultados alcançados com a elaboração do Cadastro Estadual das Florestas Públicas foram:

1. Elaboração de uma base de informação, com estrutura mínima, para gestores e sociedade em geral realizar consultas e análises;
2. Determinação de um marco sobre as ações antrópicas relacionadas ao desmatamento e às queimadas (focos de calor), auxiliando os gestores nas intervenções de proteção e controle das UC's;
3. Centralização de informações das UCs, principalmente as Estaduais, visto que o Estado é o gestor.

Com a atualização constante dos Cadastro, principalmente quanto as questões antrópicas e fundiárias, os desdobramentos serão o aumento gradativo da capacidade de gestar as Unidades, principalmente àquelas sob jurisdição Estadual.

A incorporação de informações relativas a situação fundiária torna-se de fundamental importância para a manutenção dos objetivos das UC's, acompanhando o aparecimento e evolução de conflitos quanto ao uso inadequado das áreas.

A disponibilização das informações em ambiente público, principalmente o ambiente virtual (*internet*), visando ampla divulgação para sociedade em geral, contribuirá para difusão e auxiliará na proteção dos conceitos de cada UC.

5 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

As principais dificuldades encontradas para elaboração dos produtos relacionam-se com o acesso de informação oficial, principalmente àquelas sobre desmatamento. Importante mencionar que esses dados são produzidos anualmente pela Unidade de Geoprocessamento do Acre – UCEGEO, com metodologia própria a qual difere da metodologia empregada pelo INPE (PRODES), com por exemplo. São metodologias diferentes e por isso, a consultoria ficou refém da ausência de informações relativas à atividade de 2018.

Outra informação oficial refere-se aos polígonos das UCs, pois muitos não são georreferenciados e certificados pelo INCRA, o que inevitavelmente ocasiona sobreposição com outras áreas, culminando na imprecisão do cadastro e suas análises.

O período de monitoramento, principalmente para as ações antrópicas relativas a desmatamento, foi muito pequeno (bimestral). Em função da indisponibilidade de imagens em períodos chuvosos e com excesso de nuvens, dificultando sobremaneira a identificação dos desmatamentos.

Apesar do CEFP ser uma ferramenta inédita no Estado, houve dificuldades quanto a ausência de uma plataforma que permita realizar o cadastro em padrões adequados aos do cadastro nacional, ou seja, uma plataforma compatível.

As informações das UCs estão de forma dispersas e muitos documentos (decreto de criação, audiências públicas, portaria de criação dos conselhos, plano de manejo da unidade, plano de manejo de uso múltiplo, entre outros) e estudos (pesquisas, teses de graduação, mestrado e doutorados, etc.) não estão disponíveis na internet, com isso, a dificuldade de vinculação com o CEFP.

6 PERSPECTIVAS E PRÓXIMOS PASSOS

A elaboração do CEFP teve como objetivo a formação de um banco de dados gerencial com diversas informações, destinadas tanto como ferramenta de auxílio para os Gestores das Unidades de Conservação, quanto para dar publicidade e transparência à gestão destas Áreas, tanto para o público especializado quanto ao público em geral.

Nisso, o cadastro realizado por esta consultoria visou compatibilização com o Cadastro Nacional de Florestal Públicas (CNFP), de modo que sua estrutura seguiu a Resolução SFB nº 02, de 06 de julho de 2007, que regulamenta o CNFP.

Além da compilação e padronização destes dados, ainda não de modo estruturado, foram realizadas análises acerca de ações antrópicas em todas as UC's no estado. Para estas análises foram utilizados dois parâmetros: análises a princípio bimestrais de focos de calor e de percentual de desmatamento.

Tais análises, principalmente a de focos de calor, demonstraram ser excelentes índices para acompanhamento das atividades antrópicas nas UCs. Contudo sugere-se que a periodicidade de análises de focos de calor seja alterada de bimestral para trimestral. Já uma análise de desmate semestral já é suficiente, embora haja maior disponibilidade de imagens nos períodos de estiagem, que coincidem com a época de maior taxa de desmates nas regionais estudadas.

Além da inclusão destes dados relativos a ações antrópicas nas UC's, concluiu-se que o CEFP tem um potencial muito maior, servindo como uma central de dados das Unidades de Conservação Estaduais.

Para que isso se concretize, primeiramente é necessária a criação de uma plataforma que permita inserir estes dados, onde estes serão publicitados. Atualmente existem páginas de internet, como a <https://uc.socioambiental.org> que disponibiliza diversos dados sobre as Unidades de Conservação existentes. Entretanto, a plataforma sugerida inclui, além de dados periódicos, como os focos de calor e taxas de desmate, informações como:

- Atos de Criação das Unidades de Conservação;
- Peças de Criação destas UC's e respectivos estudos;

- Planos de Manejo das UC's
- Memoriais Descritivos dos Limites das UC's;
- Relação de Moradores (para UC's que os permitem)
- Arquivos vetoriais de limites oficiais, acessos, e demais infraestruturas;
- Produções científicas que envolvam as UC's (Monografias, Trabalhos de Conclusão de Curso, Publicações, Dissertações de Mestrado, teses de Doutorado e afins);
- Dados das Atividades de Concessão Florestal, nas Florestas Estaduais incluindo:
 - Inventários Florestais
 - Planos Operacionais Anuais e Planos de Manejo Florestais Sustentáveis Madeireiros e Não-madeireiros
 - Contratos de exploração e concessão;
 - Resultados da exploração.

Além destas informações, apesar de ser previsto na IN 02 do SFB, questões referentes a “Existência de Conflitos Fundiários ou Sociais” são imprescindíveis para a administração das Unidades de Conservação, entretanto, é importante sua contextualização e correta caracterização, informações estas que não podem ser fornecidas empiricamente, havendo, para isso, a necessidade de estudos constantes nas áreas das ciências sociais para identificar, contextualizar e tentar demonstrar os motivos dos conflitos fundiários e/ou sociais existentes.

7 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO



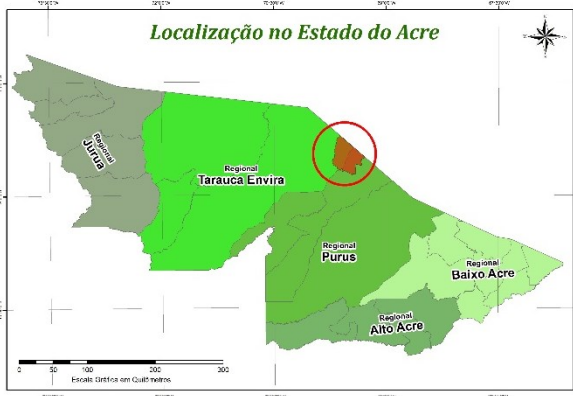
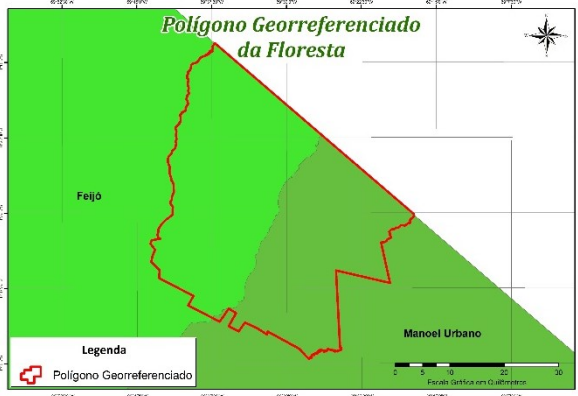
Igor Agapejev de Andrade

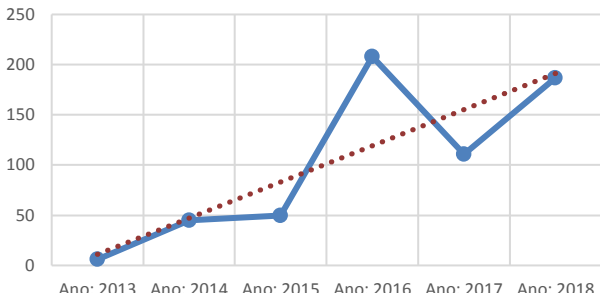
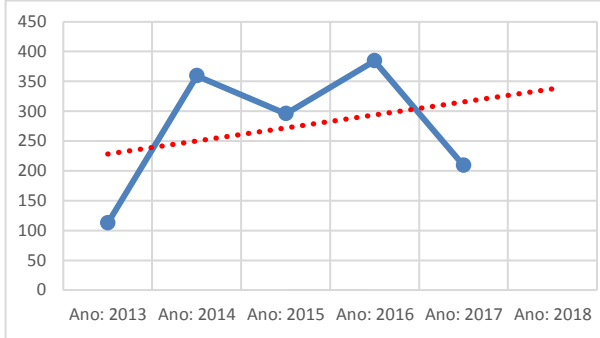
Engenheiro Florestal
CREA PR-78.775/D, Visto AC 8860
Consultor Individual

ANEXOS - CADASTRO ESTADUAL DE FLORESTAS PÚBLICAS

FLORESTA ESTADUAL AFLUENTE DO COMPLEXO DO SERINGAL JURUPARI


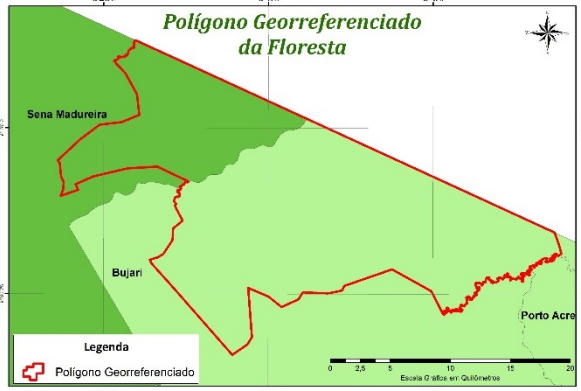
Quadro 3. Cadastro Estadual de Florestas Públicas - Floresta Estadual Afluente do Complexo do Seringal Jurupari.

Nome	
<i>Floresta Estadual do Afluente do Complexo do Seringal Jurupari</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
<i>Localização no Estado do Acre</i>	<i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i>
	
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-693200W-082954S
<i>Destinação</i>	Floresta Estadual
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto nº 6.808, 15 de maio de 2017 (Criação provisória)
<i>Matrícula</i>	Matrícula nº 1209, CRI-Feijó / Matrícula nº 191, CRI-Manoel Urbano
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Feijó (AC) e Manoel Urbano (AC)
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Tarauacá-Envira / Purus
<i>Titular</i>	Governo do Estado do Acre
<i>Gestor</i>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre – Sema
<i>Área Oficial</i>	155.120,06 ha
<i>Área</i>	155.125,95 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP); Floresta Aberta com Palmeiras – Aluvial (FAPa); Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB); Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAP + FD);
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	-----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e pecuária leiteira + Médios e grandes empreendimentos com ênfase para pecuária de corte e manejo florestal; - Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal; - Agricultura tecnificada, pecuária sustentável, recuperação de áreas degradadas e incorporação da área de floresta ao processo produtivo por pequenos produtores.

Ações Antrópicas																	
*Com a Alteração da Linha Cunha Gomes, cerca de 75% da Floresta Estadual não fora contemplada no ZEE-Acre 2006.																	
Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">6</td> <td style="text-align: center;">45</td> <td style="text-align: center;">50</td> <td style="text-align: center;">208</td> <td style="text-align: center;">111</td> <td style="text-align: center;">187</td> <td style="text-align: center;">607</td> <td style="text-align: center;">101,2</td> </tr> </tbody> </table>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	6	45	50	208	111	187	607	101,2
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
6	45	50	208	111	187	607	101,2										
<p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p> 																	
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">112,29</td> <td style="text-align: center;">358,81</td> <td style="text-align: center;">295,61</td> <td style="text-align: center;">384,28</td> <td style="text-align: center;">208,90</td> <td style="text-align: center;">---</td> <td style="text-align: center;">1.359,89</td> <td style="text-align: center;">271,98</td> </tr> </tbody> </table>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	112,29	358,81	295,61	384,28	208,90	---	1.359,89	271,98
	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano									
112,29	358,81	295,61	384,28	208,90	---	1.359,89	271,98										
<p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p> 																	
Questões Fundiárias																	
<i>Uso e Destinação Comunitários</i>	Floresta ainda em fase de estabelecimento, sendo em 2017 elaborada sua peça de criação.																
<i>Pretensões de posse</i>	1. Processo de 55000.003249/2011, Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando transferência de domínio da União para o Estado.																
<i>Existência de Conflitos Fundiários ou sociais</i>	1. Há presença de invasões na área próxima à BR-364. 2. Desenvolvimento do Plano de Ação para regularização fundiária na Gleba Afluyente visando a Criação definitiva da UC (em execução);																
Informações Gerais																	
<i>Estudos Associados</i>	Estudos realizados para dar subsídio à peça de Criação da Floresta Estadual (Documento disponível no Gestor da UC).																
<i>Atividades desenvolvidas dentro da Área</i>	A área ainda não possui atividades em desenvolvimento dentro de seus limites.																
<i>Certificações</i>	-----																
<i>Normas e Atos</i>	1. Decreto Provisório nº 6.808, de 15 de maio de 2017, cria a Unidade de Conservação Provisória – Floresta Estadual do Afluyente do Complexo do Seringal Jurupari https://folhadoacre.com.br/wp-content/uploads/2017/06/DO14967219074983.pdf 2. Ata da audiência pública para criação da Unidade de Conservação de uso sustentável na Gleba Afluyente, Categoria Floresta Estadual http://www.sema.ac.gov.br/wps/wcm/connect/6a532e0045a25f8385ea9d68727912b0/ATA_Audiência+Pública+UC+Afluyente.pdf?MOD=AJPERES																
<i>Contratos Administrativos e cíveis</i>	-----																

FLORESTA ESTADUAL DO ANTIMARY

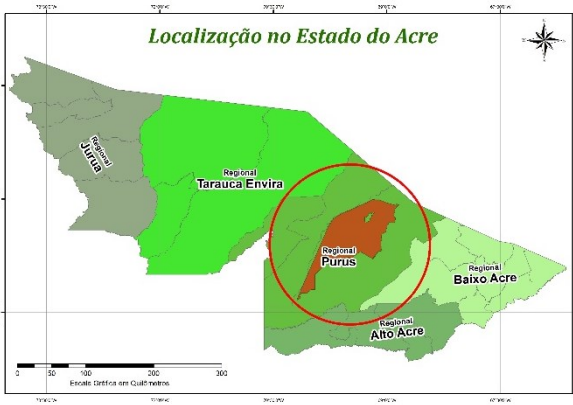
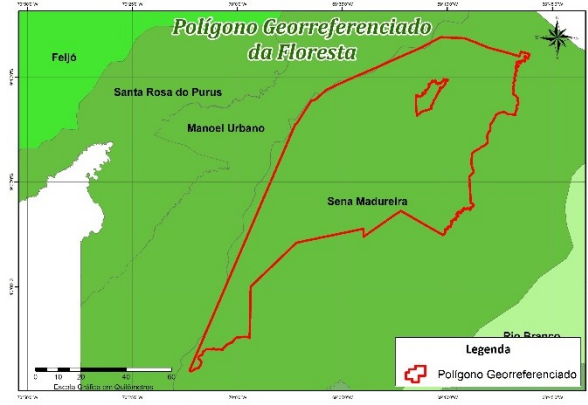
Quadro 4: Cadastro Estadual de Florestas Públicas - Floresta Estadual do Antimary.

Nome	
<i>Floresta Estadual do Antimary</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p style="text-align: center;"><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p style="text-align: center;"><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-681354W-091851S
<i>Destinação</i>	Floresta Estadual
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto Estadual nº 046, de 07 de fevereiro de 1997
<i>Matrícula</i>	Não disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Bujari (AC) e Sena Madureira (AC)
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Baixo Acre / Purus
<i>Titular</i>	Governo do Estado do Acre
<i>Gestor</i>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre – Sema
<i>Área Oficial</i>	47.064,67 ha
<i>Área</i>	45.686,54 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP); Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAB + FAP + FD); Floresta Aberta com Bambu + Floresta Densa (FAB + FD); Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD); Floresta Aberta com Palmeiras – Aluvial (FAPa); Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB); Floresta Densa + Floresta Aberta com Palmeiras (FD + FAP).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	-----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais, culturas perenes e manejo florestal + Médios e grandes empreendimentos com ênfase para a pecuária de corte, manejo florestal e sistemas agroflorestais; - Área com uso definido (áreas indígenas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista)

Ações Antrópicas																	
Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>30</td> <td>40</td> <td>151</td> <td>279</td> <td>251</td> <td>295</td> <td>1046</td> <td>174,3</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	30	40	151	279	251	295	1046	174,3
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
30	40	151	279	251	295	1046	174,3										
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>106,54</td> <td>72,50</td> <td>156,25</td> <td>273,63</td> <td>104,79</td> <td>---</td> <td>713,72</td> <td>142,74</td> </tr> </tbody> </table> <p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	106,54	72,50	156,25	273,63	104,79	---	713,72	142,74
2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano										
106,54	72,50	156,25	273,63	104,79	---	713,72	142,74										
Questões Fundiárias																	
Uso e Destinação Comunitários	Existência de comunidades locais já parcialmente assentadas dentro da Unidade de Conservação, Comunitários possuem Concessão Não-Onerosa para exploração madeireira na área, sob intervenção da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre - Sema																
Pretensões de posse	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública																
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	Há presença de invasões na área na parte Noroeste da Floresta Estadual, em processo de reintegração de posse. Não há registro de conflitos sociais severos.																
Informações Gerais																	
Estudos Associados	A floresta Estadual do Antimary é uma das Florestas mais estudadas do Brasil, existindo uma quantidade muito elevada de estudos realizados dentro de seus limites. A relação dos estudos realizados e em curso encontra-se em compilação.																
Atividades desenvolvidas dentro da Área	Manejo Florestal Madeireiro; Atividades de Turismo Ecológico (Corridas, passeios ciclísticos, etc.); Aulas de Campo com Alunos de graduação, Pós-graduação, Mestrado e Doutorado;																
Certificações	Floresta Certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC) até 2013, com intuito de se retomar a certificação em 2018.																
Normas e Atos	----																
Contratos Administrativos e cíveis	----																

RESERVA EXTRATIVISTA CAZUMBÁ-IRACEMA

Quadro 5: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

Nome	
<i>Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p style="text-align: center;"><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p style="text-align: center;"><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-692735W-092959S
<i>Destinação</i>	Reserva Extrativista
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto sem número, de 19 de setembro de 2002.
<i>Matrícula</i>	Não disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Sena Madureira (AC)
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Purus
<i>Titular</i>	União Federal
<i>Gestor</i>	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<i>Área Oficial</i>	750.794,70 ha (Decreto de Criação)
<i>Área</i>	733.238,09 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP); - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB); - Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAB + FAP + FD); - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus + Floresta Densa (FAP + FAB + FD); - Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD); - Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial); - Floresta Aluvial Aberta com Bambus (FAB - Aluvial); - Floresta Aberta com Palmeiras (FAP);
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	-----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Área com uso definido (áreas indígenas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista);

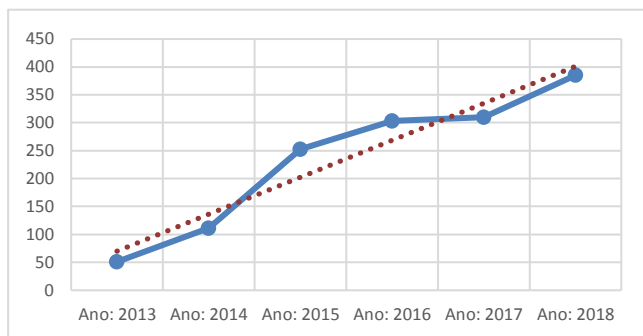
	<ul style="list-style-type: none"> - Médios e grandes empreendimentos com ênfase para a pecuária de corte, sistemas agroflorestais e manejo florestal; - Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e pecuária leiteira + Médios e grandes empreendimentos com ênfase para pecuária de corte e manejo florestal; - Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal; - Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e culturas perenes; - Agricultura tecnicada (sistemas agroflorestais, perenes e anuais), pecuária sustentável (leiteira), incorporação de área de floresta ao processo produtivo; - Agricultura familiar com ênfase para o manejo florestal.
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ações Antrópicas

2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano
51	111	253	303	310	385	1413	235,5

* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.

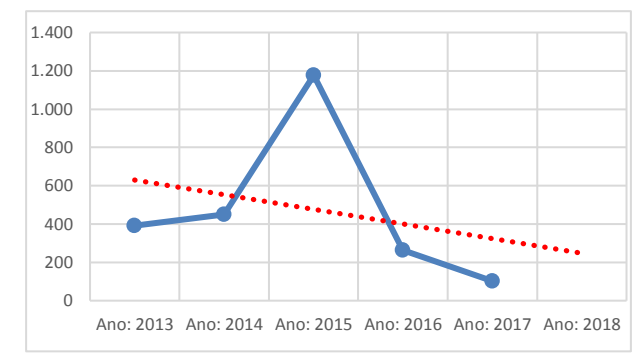
Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):



2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano
391,01	450,80	1.176,64	263,96	102,31	---	2.384,73	476,95

** Não há informações sobre o desmatamento em 2018.

Quantidade de Desmatamento (em hectare):




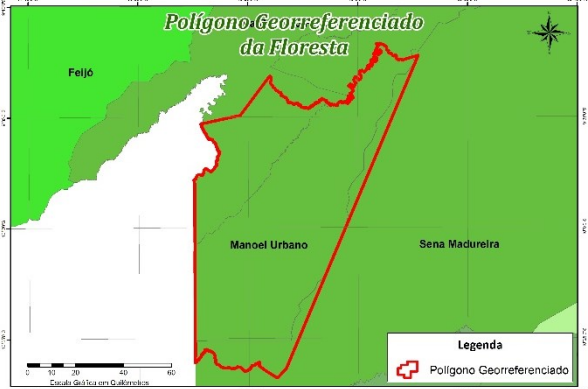
Questões Fundiárias

Uso e Destinação Comunitários	Sem informações.
Pretensões de posse	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública.
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	Sem informações.

Informações Gerais	
Estudos Associados	-----
Atividades desenvolvidas dentro da Área	-----
Certificações	-----
Normas e Atos	1. Decreto s/n de 19 de setembro de 2002, cria a Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9663.htm 2. Portaria nº 25, de 9 de março de 2006, cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/RESEX%20Cazumbá%20Iracema%20port%20025%2009%2003%202006.pdf
Contratos Administrativos e cíveis	-----

PARQUE ESTADUAL DO CHANDLESS

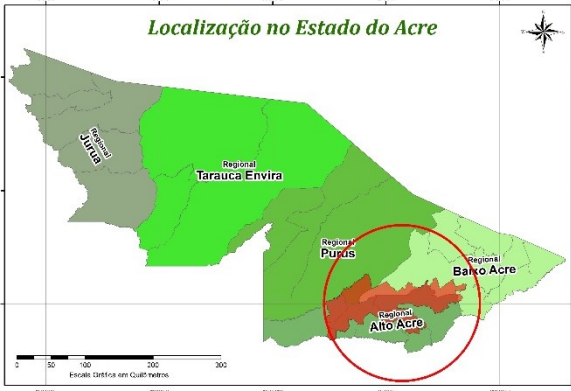
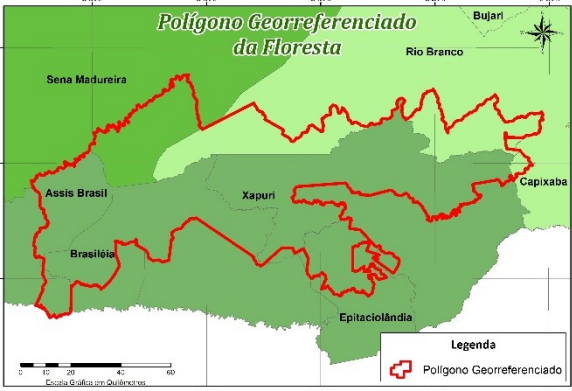
Quadro 6: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Parque Estadual do Chandless.

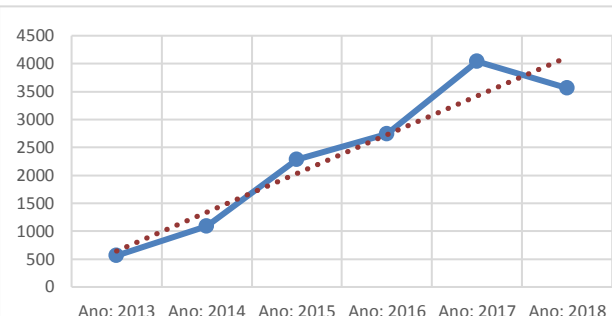
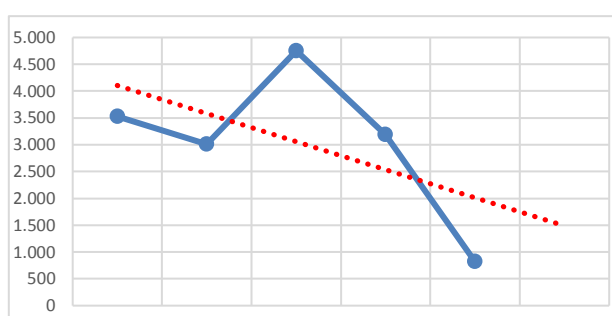
Nome	
<i>Parque Estadual do Chandless</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p style="text-align: center;"><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p style="text-align: center;"><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-701726W-095633S
<i>Destinação</i>	Parque Estadual
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto nº 10.670, de 02 de setembro de 2004.
<i>Matrícula</i>	Não disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Manoel Urbano (AC), Santa Rosa do Purus (AC), Sena Madureira (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Purus.
<i>Titular</i>	Governo do Estado do Acre.
<i>Gestor</i>	Sema – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre
<i>Área Oficial</i>	695.303 ha (Decreto de Criação)
<i>Área</i>	693.293,89 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus + Floresta Densa (FAP + FAB + FD); - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB); - Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP); - Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial); - Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD); - Floresta Aluvial Aberta com Bambus (FAB - Aluvial); - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAP + FD);
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Área com uso definido (áreas indígenas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista);

	- Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal; - Agricultura familiar com ênfase para o manejo florestal.																
Ações Antrópicas																	
Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>12</td> <td>5</td> <td>7</td> <td>6</td> <td>11</td> <td>6</td> <td>47</td> <td>7,8</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	12	5	7	6	11	6	47	7,8
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
12	5	7	6	11	6	47	7,8										
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>41,72</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td></td> <td>41,72</td> <td>8,34</td> </tr> </tbody> </table> <p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	0,00	0,00	41,72	0,00	0,00		41,72	8,34
2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano										
0,00	0,00	41,72	0,00	0,00		41,72	8,34										
Questões Fundiárias																	
Uso e Destinação Comunitários	Sem informações.																
Pretensões de posse	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública.																
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	Sem informações.																
Informações Gerais																	
Estudos Associados	----																
Atividades desenvolvidas dentro da Área	----																
Certificações	----																
Normas e Atos	----																
Contratos Administrativos e cíveis	----																

RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

Quadro 7: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Reserva Extrativista Chico Mendes.


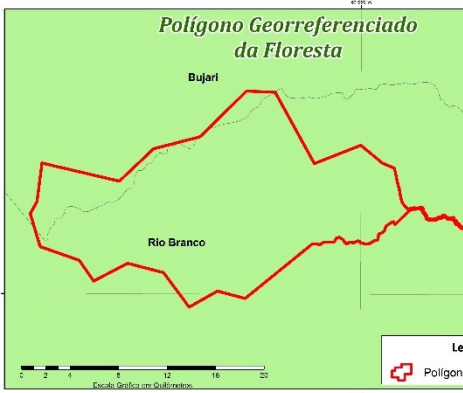
Nome	
<i>Reserva Extrativista Chico Mendes</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p style="text-align: center;"><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p style="text-align: center;"><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-685844W-102951S
<i>Destinação</i>	Reserva Extrativista
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto 99.144, de 12 de março de 1990.
<i>Matrícula</i>	Não disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Xapuri (AC), Rio Branco (AC), Brasília (AC), Sena Madureira (AC), Epitaciolândia (AC), Assis Brasil (AC), Capixaba (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Alto Acre, Baixo Acre, Purus.
<i>Titular</i>	União Federal
<i>Gestor</i>	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
<i>Área Oficial</i>	970.570 ha (Decreto de Criação)
<i>Área</i>	926.071,83ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD); - Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAB + FAP + FD); - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAP + FD); - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB); - Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP); - Floresta Aberta com Palmeiras (FAP); - Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial); - Floresta Densa + Floresta Aberta com Palmeiras (FD + FAP); - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FD + FAB); - Floresta Densa (FD); - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus + Floresta Densa (FAP + FAB + FD);

Tipologias (Federal)	Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Ombrófila Densa.																
Aspectos da Cobertura Florestal	----																
Recomendações de Uso (Conforme ZEE)	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais, culturas perenes e manejo florestal + Médios e grandes empreendimentos com ênfase para a pecuária de corte, manejo florestal e sistemas agroflorestais; - Agricultura familiar com ênfase para o manejo florestal; - Agricultura tecnificada (sistemas agroflorestais, perenes e anuais), pecuária sustentável (leiteira), incorporação de área de floresta ao processo produtivo; - Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e culturas perenes; - Agricultura familiar com ênfase para culturas perenes e pecuária leiteira + Médios e grandes empreendimentos com ênfase para pecuária de corte e manejo florestal; - Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e manejo florestal não-madeireiro; - Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal; - Área com uso definido (áreas índi-genas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista). 																
Ações Antrópicas																	
Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>562</td> <td>1088</td> <td>2286</td> <td>2742</td> <td>4039</td> <td>3559</td> <td>14276</td> <td>2379,3</td> </tr> </tbody> </table>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	562	1088	2286	2742	4039	3559	14276	2379,3
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
562	1088	2286	2742	4039	3559	14276	2379,3										
<p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p> 																	
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Mdia/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3.525,19</td> <td>3.006,69</td> <td>4.752,21</td> <td>3.186,65</td> <td>818,75</td> <td>---</td> <td>15.289,49</td> <td>3.057,90</td> </tr> </tbody> </table>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Mdia/ano	3.525,19	3.006,69	4.752,21	3.186,65	818,75	---	15.289,49	3.057,90
	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Mdia/ano									
3.525,19	3.006,69	4.752,21	3.186,65	818,75	---	15.289,49	3.057,90										
<p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p> 																	

Questões Fundiárias	
<i>Uso e Destinação Comunitários</i>	Sem informações.
<i>Pretensões de posse</i>	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública.
<i>Existência de Conflitos Fundiários ou sociais</i>	Sem informações.
Informações Gerais	
<i>Estudos Associados</i>	----
<i>Atividades desenvolvidas dentro da Área</i>	----
<i>Certificações</i>	----
<i>Normas e Atos</i>	1. Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990, cria a Reserva Extrativista Chico Mendes http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/UC-RPPN/decreto_99144_12marco1990_cria_resex_chico_mendes.pdf
<i>Contratos Administrativos e cíveis</i>	----

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO IGARAPÉ SÃO FRANCISCO

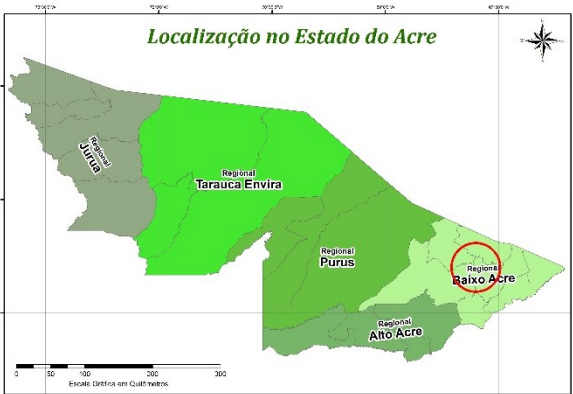
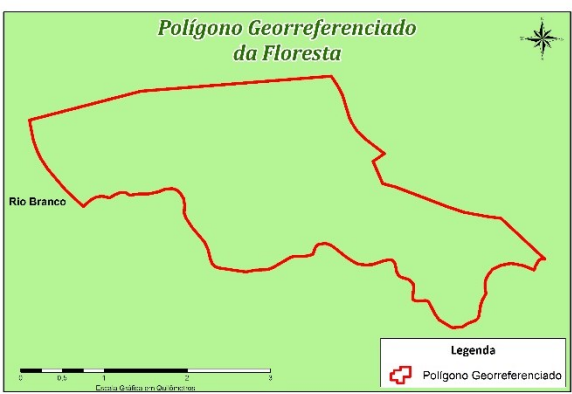
Quadro 8: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Área de Proteção Ambiental do Igarapé São Francisco.

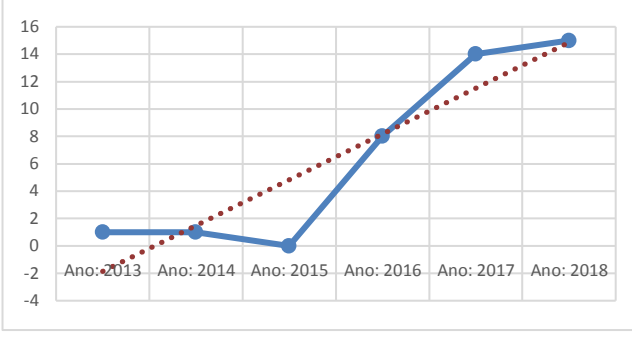
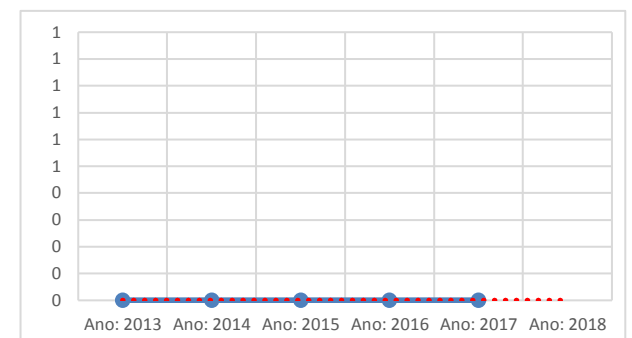
Nome	
<i>Área de Proteção Ambiental do Igarapé São Francisco</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Não caracterizada como Floresta Pública por ter domínio particular.
<i>Código</i>	Não se enquadra por não caracterizar Floresta Pública
<i>Destinação</i>	Área de Proteção Ambiental.
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto nº 12.310, de 14 de junho de 2005.
<i>Matrícula</i>	Não disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Rio Branco (AC), Bujari (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Baixo Acre.
<i>Titular</i>	Governo do Estado do Acre e Propriedades particulares.
<i>Gestor</i>	IMAC - Instituto de Meio Ambiente do Acre.
<i>Área Oficial</i>	30.000 ha (Decreto de Criação)
<i>Área</i>	30.004,32 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	- Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP); - Floresta Aberta com Palmeiras (FAP); - Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD); - Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal; - Agricultura tecnificada (sistemas agroflorestais, perenes e anuais), pecuária sustentável (leiteira), incorporação de área de floresta ao processo produtivo; - Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e culturas perenes;

		- Agricultura familiar com ênfase para culturas perenes e pecuária leiteira + Médios e grandes empreendimentos com ênfase para pecuária de corte e manejo florestal.																						
Ações Antrópicas																								
	Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>4</td> <td>5</td> <td>33</td> <td>94</td> <td>58</td> <td>80</td> <td>274</td> <td>45,7</td> </tr> </tbody> </table>							2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	4	5	33	94	58	80	274	45,7
		2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano															
4	5	33	94	58	80	274	45,7																	
		<p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p>																						
	Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>107,74</td> <td>102,69</td> <td>43,11</td> <td>91,53</td> <td>44,42</td> <td>---</td> <td>389,49</td> <td>77,90</td> </tr> </tbody> </table>							2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	107,74	102,69	43,11	91,53	44,42	---	389,49	77,90
		2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano															
107,74	102,69	43,11	91,53	44,42	---	389,49	77,90																	
		<p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p>																						
Questões Fundiárias																								
Uso e Destinação Comunitários		Área sob domínio de particulares.																						
Pretensões de posse		Sem informações.																						
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais		Sem informações.																						
Informações Gerais																								
Estudos Associados		-----																						
Atividades desenvolvidas dentro da Área		-----																						
Certificações		-----																						
Normas e Atos		-----																						
Contratos Administrativos e cíveis		-----																						

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL RAIMUNDO IRINEU SERRA

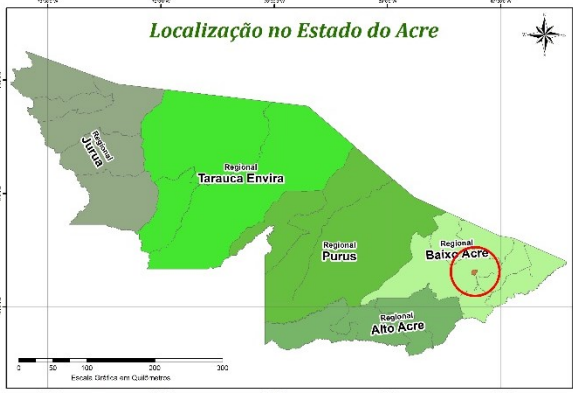
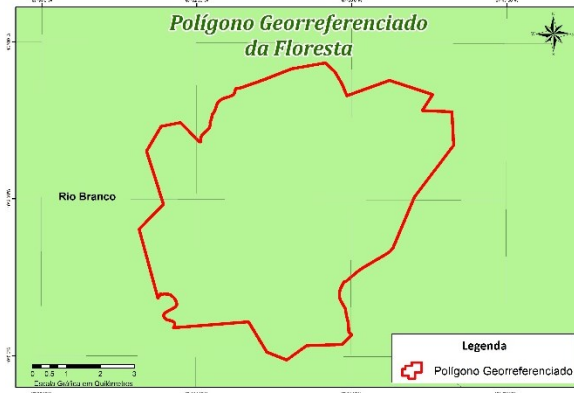
Quadro 9: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra.

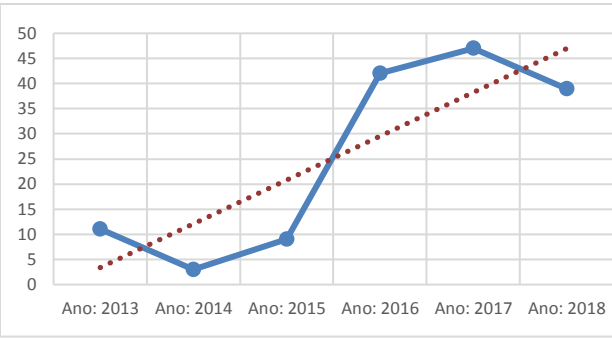
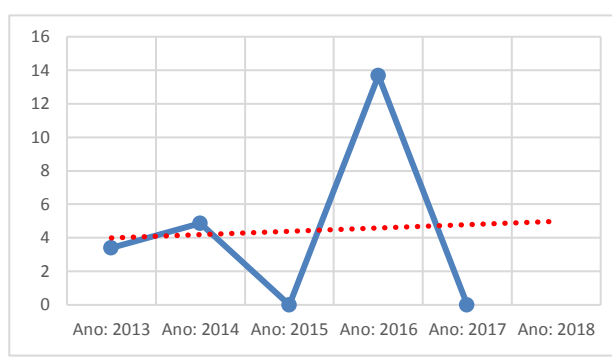
Nome	
<i>Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Não caracterizada como Floresta Pública por ter domínio particular.
<i>Código</i>	Não se enquadra por não caracterizar Floresta Pública
<i>Destinação</i>	Área de Proteção Ambiental.
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto nº 500, de 07 de junho de 2005 (PMRB).
<i>Matrícula</i>	Não disponível.
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Rio Branco (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Baixo Acre.
<i>Titular</i>	Propriedades particulares.
<i>Gestor</i>	Semeia - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Rio Branco - Acre
<i>Área Oficial</i>	909 ha
<i>Área</i>	842,83 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	- Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Agricultura familiar com ênfase para culturas perenes e pecuária leiteira + Médios e grandes empreendimentos com ênfase para pecuária de corte e manejo florestal; - Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e culturas perenes.

Ações Antrópicas																	
Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>8</td> <td>14</td> <td>15</td> <td>39</td> <td>6,5</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p> 	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	1	1	0	8	14	15	39	6,5
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
	1	1	0	8	14	15	39	6,5									
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>---</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p> 	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	0,00
	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	0,00									
Questões Fundiárias																	
<i>Uso e Destinação Comunitários</i>	Área sob domínio de particulares.																
<i>Pretensões de posse</i>	Sem informações.																
<i>Existência de Conflitos Fundiários ou sociais</i>	Sem informações.																
Informações Gerais																	
<i>Estudos Associados</i>	----																
<i>Atividades desenvolvidas dentro da Área</i>	----																
<i>Certificações</i>	----																
<i>Normas e Atos</i>	----																
<i>Contratos Administrativos e cíveis</i>	----																

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LAGO DO AMAPÁ

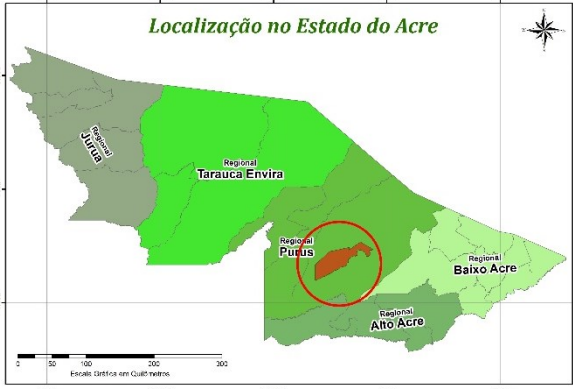
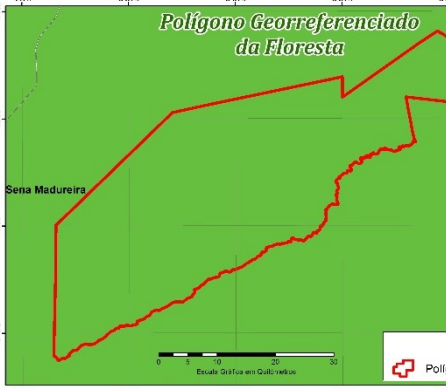
Quadro 10: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá.

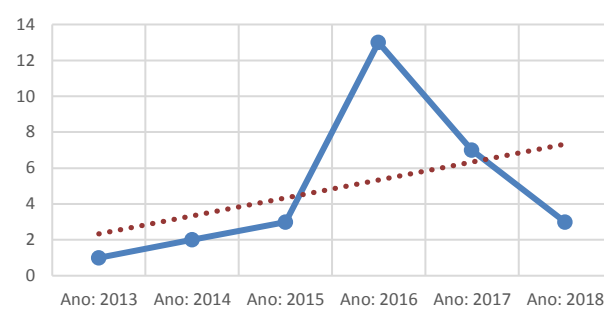
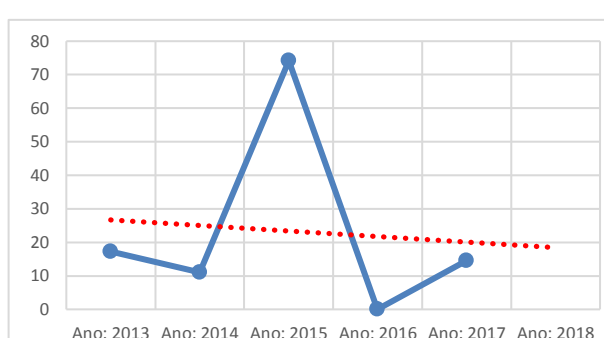
Nome	
<i>Área de Proteção Ambiental do Lago do Amapá.</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Não caracterizada como Floresta Pública por ter domínio particular.
<i>Código</i>	Não se enquadra por não caracterizar Floresta Pública.
<i>Destinação</i>	Área de Proteção Ambiental.
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto nº 13.531, de 26 de dezembro de 2005.
<i>Matrícula</i>	Não Disponível.
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Rio Branco (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Baixo Acre.
<i>Titular</i>	Propriedades particulares.
<i>Gestor</i>	IMAC - Instituto de Meio Ambiente do Acre.
<i>Área Oficial</i>	5.224,36 ha.
<i>Área</i>	5.211,88 ha.
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB); - Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Agricultura familiar com ênfase para culturas perenes e pecuária leiteira + Médios e grandes empreendimentos com ênfase para pecuária de corte e manejo florestal; - Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e manejo florestal não-madeireiro; - Agricultura tecnificada (sistemas agroflorestais, perenes e anuais), pecuária sustentável (leiteira), incorporação de área de floresta ao processo produtivo;

	<ul style="list-style-type: none"> - Médio e grandes empreendimentos com ênfase para a agricultura intensiva; - Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal. 																
Ações Antrópicas																	
<i>Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):</i>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>11</td> <td>3</td> <td>9</td> <td>42</td> <td>47</td> <td>39</td> <td>151</td> <td>25,2</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	11	3	9	42	47	39	151	25,2
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
11	3	9	42	47	39	151	25,2										
																	
<i>Quantidade de Desmatamento (em hectare):</i>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3,42</td> <td>4,86</td> <td>0,00</td> <td>13,68</td> <td>0,00</td> <td>---</td> <td>21,96</td> <td>4,39</td> </tr> </tbody> </table> <p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	3,42	4,86	0,00	13,68	0,00	---	21,96	4,39
	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano									
3,42	4,86	0,00	13,68	0,00	---	21,96	4,39										
																	
Questões Fundiárias																	
<i>Uso e Destinação Comunitários</i>	Área sob domínio de particulares.																
<i>Pretensões de posse</i>	Sem informações.																
<i>Existência de Conflitos Fundiários ou sociais</i>	Sem informações.																
Informações Gerais																	
<i>Estudos Associados</i>	----																
<i>Atividades desenvolvidas dentro da Área</i>	----																
<i>Certificações</i>	----																
<i>Normas e Atos</i>	----																
<i>Contratos Administrativos e cíveis</i>	----																

FLORESTA NACIONAL DO MACAUÃ

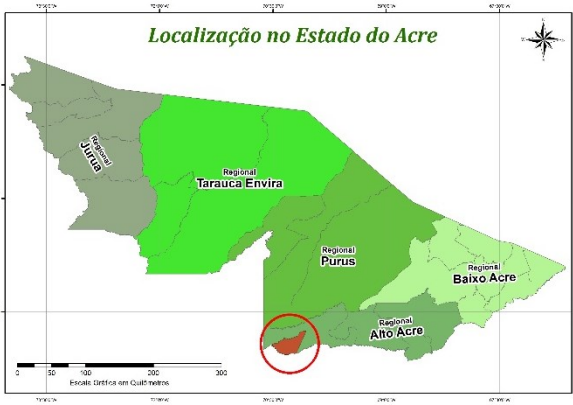
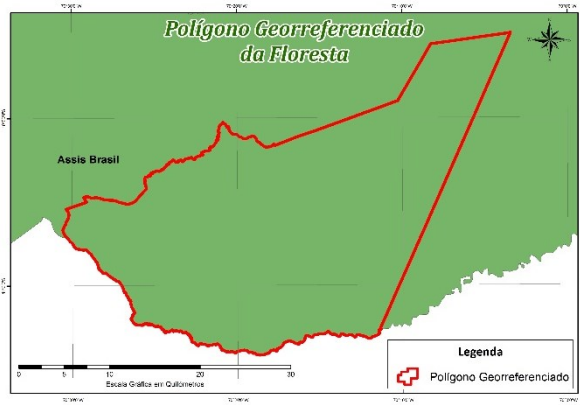
Quadro 11: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Floresta Nacional do Macauã.

Nome	
<i>Floresta Nacional do Macauã</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-693841W-095600S
<i>Destinação</i>	Floresta Nacional
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto nº 96.189, de 21 de junho de 1988.
<i>Matrícula</i>	Não Disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Sena Madureira (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Purus.
<i>Titular</i>	União Federal
<i>Gestor</i>	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
<i>Área Oficial</i>	173.475 ha (Decreto de Criação)
<i>Área</i>	176.956,21 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus + Floresta Densa (FAP + FAB + FD); - Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP); - Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD); - Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAB + FAP + FD); - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB); - Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e culturas perenes; - Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal; - Médios e grandes empreendimentos com ênfase para a pecuária de corte, sistemas agroflorestais e manejo florestal; - Agricultura familiar com ênfase para o manejo florestal; - Área com uso definido (áreas indí-genas, reservas de floresta,

	parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista).																
Ações Antrópicas																	
Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>13</td> <td>7</td> <td>3</td> <td>29</td> <td>4,8</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p> 	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	1	2	3	13	7	3	29	4,8
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
1	2	3	13	7	3	29	4,8										
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>17,19</td> <td>11,07</td> <td>74,16</td> <td>0,00</td> <td>14,47</td> <td>---</td> <td>116,89</td> <td>23,38</td> </tr> </tbody> </table> <p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p> 	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	17,19	11,07	74,16	0,00	14,47	---	116,89	23,38
2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano										
17,19	11,07	74,16	0,00	14,47	---	116,89	23,38										
Questões Fundiárias																	
Uso e Destinação Comunitários	Sem informações.																
Pretensões de posse	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública.																
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	Sem informações.																
Informações Gerais																	
Estudos Associados	----																
Atividades desenvolvidas dentro da Área	----																
Certificações	----																
Normas e Atos	<ol style="list-style-type: none"> Decreto nº 96.189, de 21 de junho de 1988, cria a Floresta Nacional do Macauã http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96189.htm Portaria nº 2, de 17 de janeiro de 2002, cria o Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Macauã e de São Francisco http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/criacaoconselhoFlonasaofrancisco.pdf 																
Contratos Administrativos e cíveis	----																

ESTAÇÃO ECOLÓGICA RIO ACRE

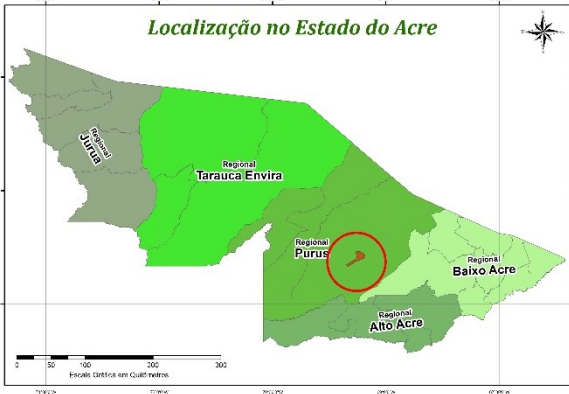
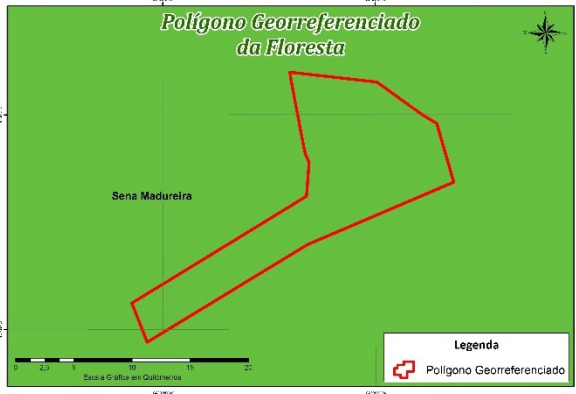
Quadro 12: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Estação Ecológica Rio Acre.

Nome	
<i>Estação Ecológica Rio Acre</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p style="text-align: center;"><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p style="text-align: center;"><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-701641W-105559S
<i>Destinação</i>	Estação Ecológica
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto nº 86.061, de 02 de junho de 1981.
<i>Matrícula</i>	Não Disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Assis Brasil (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Alto Acre.
<i>Titular</i>	União Federal
<i>Gestor</i>	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
<i>Área Oficial</i>	77.500 ha (Decreto de Criação)
<i>Área</i>	84.313,46 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAP + FD); - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FD + FAB).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Área com uso definido (áreas indígenas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista).

Ações Antrópicas																	
Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>13</td> <td>7</td> <td>2</td> <td>28</td> <td>4,7</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	1	2	3	13	7	2	28	4,7
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
1	2	3	13	7	2	28	4,7										
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>---</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	0,00
2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano										
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00	0,00										
Questões Fundiárias																	
Uso e Destinação Comunitários	Sem informações.																
Pretensões de posse	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública.																
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	Sem informações.																
Informações Gerais																	
Estudos Associados	----																
Atividades desenvolvidas dentro da Área	----																
Certificações	----																
Normas e Atos	<ol style="list-style-type: none"> Decreto nº 86.061, de 02 de junho de 1981, cria a Estação Ecológica do Rio Acre entre outras http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/esecc-rio-do-acre.pdf Portaria nº 42, de 25 de julho de 2008, cria o Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Rio Acre http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/ESEC%20Rio%20Acre%20Port%2042%20de%2025%2006%202008.pdf 																
Contratos Administrativos e cíveis	----																

FLORESTA NACIONAL DO SÃO FRANCISCO

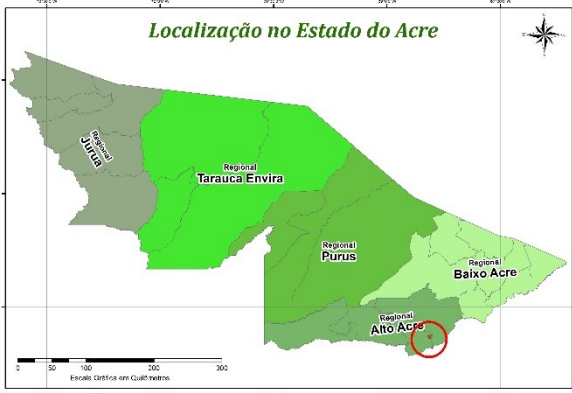
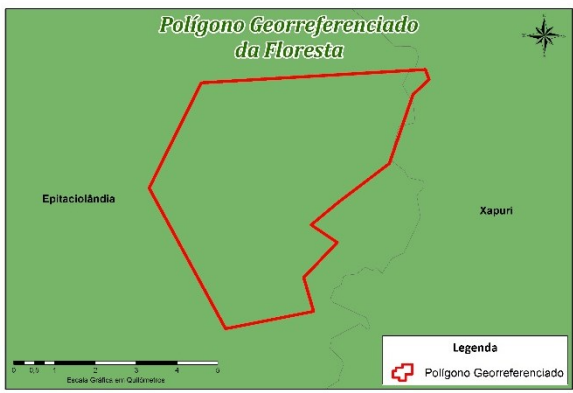
Quadro 13: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Floresta Nacional do São Francisco.

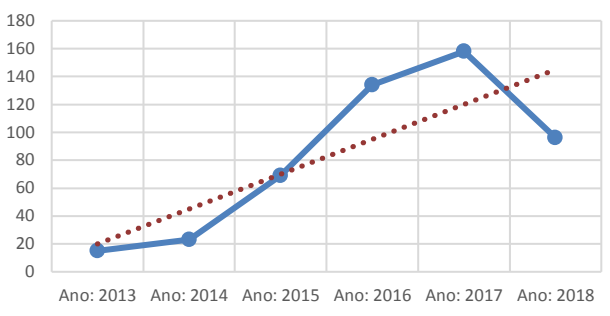
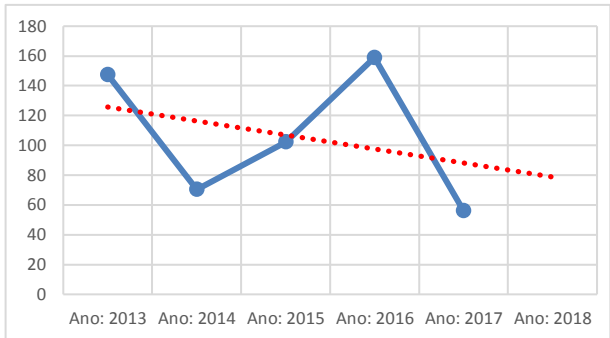
Nome	
<i>Floresta Nacional do São Francisco</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p style="text-align: center;"><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p style="text-align: center;"><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-692240W-095329S
<i>Destinação</i>	Floresta Nacional
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto sem número, de 07 de agosto de 2001.
<i>Matrícula</i>	Matrícula 279, Livro 2-A, Registro Geral de imóveis, Comarca de Sena Madureira – Acre.
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Sena Madureira (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Purus.
<i>Titular</i>	União Federal
<i>Gestor</i>	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
<i>Área Oficial</i>	21.600 ha (Decreto de Criação)
<i>Área</i>	19.128,11 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus + Floresta Densa (FAP + FAB + FD); - Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAB + FAP + FD); - Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB); - Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD); - Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Área com uso definido (áreas indí-genas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista).
Ações Antrópicas	

Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>0,5</td> </tr> </tbody> </table>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	0	1	0	0	0	2	3	0,5
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
0	1	0	0	0	2	3	0,5										
<p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p>																	
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3,51</td> <td>0,00</td> <td>12,78</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>---</td> <td>16,29</td> <td>3,26</td> </tr> </tbody> </table>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	3,51	0,00	12,78	0,00	0,00	---	16,29	3,26
	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano									
3,51	0,00	12,78	0,00	0,00	---	16,29	3,26										
<p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p>																	
Questões Fundiárias																	
Uso e Destinação Comunitários	Sem informações.																
Pretensões de posse	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública.																
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	Sem informações.																
Informações Gerais																	
Estudos Associados	----																
Atividades desenvolvidas dentro da Área	----																
Certificações	----																
Normas e Atos	<ol style="list-style-type: none"> Portaria nº 2, de 17 de janeiro de 2002, cria o Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Macauã e de São Francisco http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/criacaoconselhoflanasaofrancisco.pdf 																
Contratos Administrativos e cíveis	----																

ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO SERINGAL NOVA ESPERANÇA

Quadro 14: Cadastro Estadual de Florestas Públicas – Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança.

Nome	
<i>Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Necessário verificar se existem áreas sob domínio particular dentro dos limites da ARIE para que se caracterize ou não como Floresta Pública.
<i>Código</i>	---
<i>Destinação</i>	Área de Relevante Interesse Ecológico.
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto sem número, de 20 de agosto de 1999.
<i>Matrícula</i>	Não disponível.
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Epitaciolândia (AC), Xapuri (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Purus.
<i>Titular</i>	Não definido.
<i>Gestor</i>	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
<i>Área Oficial</i>	2.576,47 ha (Decreto de Criação).
<i>Área</i>	2.570,86 ha.
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	- Floresta Densa + Floresta Aberta com Palmeiras (FD + FAP).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Área com uso definido (áreas indígenas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista); - Agricultura familiar com ênfase para culturas perenes e pecuária leiteira + Médios e grandes empreendimentos com ênfase para pecuária de corte e manejo florestal.

Ações Antrópicas																	
Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>15</td> <td>23</td> <td>69</td> <td>134</td> <td>158</td> <td>96</td> <td>495</td> <td>82,5</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p> 	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	15	23	69	134	158	96	495	82,5
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
15	23	69	134	158	96	495	82,5										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>147,42</td> <td>70,24</td> <td>102,08</td> <td>158,96</td> <td>56,12</td> <td>---</td> <td>534,81</td> <td>106,96</td> </tr> </tbody> </table> <p>** Não há informações sobre o desmatamento em 2018.</p> 	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	147,42	70,24	102,08	158,96	56,12	---	534,81	106,96	
2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano										
147,42	70,24	102,08	158,96	56,12	---	534,81	106,96										
Questões Fundiárias																	
Uso e Destinação Comunitários	Sem informações.																
Pretensões de posse	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública.																
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	Sem informações.																
Informações Gerais																	
Estudos Associados	----																
Atividades desenvolvidas dentro da Área	----																
Certificações	----																
Normas e Atos	1. Decreto s/n de 20 de agosto de 1999, cria a Área de Relevante Interesse Ecológico Seringal Nova Esperança http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8326.htm																
Contratos Administrativos e cíveis	----																